



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - COMBUSTÍVEIS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0578/03	DATA: 22/05/03
INÍCIO: 10h20min	TÉRMINO: 12h37min	DURAÇÃO: 2h15min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h16min	PÁGINAS: 45	QUARTOS: 28
REVISÃO: Anna Augusta, Eliana, Gilberto, Liz, Silvia, Zilfa		
CONCATENAÇÃO: Amanda		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
JOSÉ LUIZ MOTA AFONSO – Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes e de Lojas de Conveniência do Município do Rio de Janeiro. EMÍLIO ROBERTO CHIERIGHINI MARTINS – Presidente do Sindicato de Derivados de Petróleo de Campinas e Região. MÁRIO LUIZ PINHEIRO MELO – Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado do Pará.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES
Há intervenções inaudíveis.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Declaro abertos os trabalhos da presente reunião. A presente reunião destina-se à audiência pública, com a presença dos seguintes convidados: José Luiz Mota Afonso, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes e de Lojas de Conveniência do Município do Rio de Janeiro, a quem peço que tome assento à Mesa, por favor; Emílio Roberto Chierighini Martins, Presidente do Sindicato do Comércio de Derivados de Petróleo de Campinas e Região; Mário Luiz Pinheiro Melo, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo no Estado do Pará; Joseval Alves Augusto, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo no Estado de Pernambuco; Adão Oliveira da Silva, Vice-Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes no Estado do Rio Grande do Sul; Maria da Penha Amorim Shalders, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo no Estado do Espírito Santo; Steiner Jardim, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo no Estado do Mato Grosso do Sul. Esclareço aos Deputados e convidados que esta reunião está sendo gravada e destina-se ao depoimento para esclarecer fatos relativos à CPI dos Combustíveis. Essa gravação destina-se à posterior transcrição para efeito de identificação junto à Taquigrafia dos depoimentos que serão feitos a esta Comissão. Regimentalmente os convidados não poderão ser aparteados. No final das exposições, daremos início às interpelações. E os Srs. Deputados que desejarem interpelar os convidados deverão se inscrever junto à Secretaria. Convido para tomar assento à Mesa o Sr. José Luiz Mota Afonso, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes e de Lojas de Conveniência do Município do Rio de Janeiro. Gostaria também que ficasse limitado o tempo dos depoimentos ao prazo de 15 minutos, porque teremos hoje sete convidados e sete depoimentos importantes nesta Comissão. Para que todos possam fazer uso de seu tempo e oferecer aos Parlamentares o tempo devido para sua exposição e indagações que se fizerem necessárias, acho que 15 minutos de depoimento é tempo bastante razoável. Já se encontram à Mesa o Relator, o ex-Ministro Carlos Melles, o 1º Vice-Presidente e também o Sr. José Luiz Mota Afonso, que vai fazer sua exposição. Com a palavra o Sr. José Luiz Mota Afonso, por favor.



O SR. JOSÉ LUIZ MOTA AFONSO – Bom-dia a todos os presentes à Comissão. José Luiz Mota Afonso, Presidente do Sindicato do Município do Rio de Janeiro, fui convidado para prestar depoimentos sobre a CPI dos Combustíveis. Como é notório divulgado na imprensa, hoje nós sofremos muito, por exemplo, lá no Município do Rio de Janeiro, com a adulteração e a sonegação dos impostos de combustíveis. E isso vem afetando toda a categoria. E o revendedor sério hoje sofre muito, porque fica praticamente impossível competir no mercado leal e justo com essa prática. Então, o Sindicato do Rio de Janeiro vem lutando. Isso já acontece desde 1999, quando se tentou várias vezes constituir uma CPI. No dia 17 de março deste ano fizemos um evento no Rio de Janeiro, no Hotel Intercontinental, quando foi convocada toda a imprensa, o Ministério Público, alguns Parlamentares e todo o envolvimento da categoria nessa parte. E lá foi apresentado pelos Sindicatos das Distribuidoras a quantidade de dinheiro que se perdia. E antes também eu vim aqui em Brasília, estive com o Vice-Presidente da República e mostrei todos os dados, o que se perdia de dinheiro neste País com adulteração de combustíveis, em torno de 3 bilhões de reais. E o Sr. Vice-Presidente ficou muito impressionado e disse que levaria ao Presidente Lula e realmente tinha que se fazer alguma coisa neste País, já que se estava querendo... Na época até o nosso seminário foi *Sonegação Zero nos Combustíveis*, fazendo até uma... juntar. Já que o Presidente da República queria fazer o Fome Zero, então estaria aí um grande dinheiro que o Governo estava perdendo. O Governo perdia um grande dinheiro que podia usar para o Fome Zero. Então, foi isso tudo, e o seminário acho que realmente teve um resultado que nós vemos hoje, eu e acho que todos os Presidentes do Sindicato que lutam por uma prática honesta dos combustíveis no Brasil: ser instaurada esta CPI. E esperamos que realmente a gente saia aqui, depois que terminar esta CPI, com resultado positivo, não só para a revenda, mas para todo o povo brasileiro, porque realmente quem mais paga por toda essa ilegalidade hoje nos combustíveis no fundo é o consumidor. Encerro aqui e estou pronto a prestar todo o depoimento que possa colaborar com esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – Obrigado, Dr. José Luiz. Queremos agora convidar para tomar assento à Mesa e fazer uso da palavra o Sr. Emílio Roberto Chierighini Martins, Presidente do Sindicato do Comércio de Derivados de Petróleo de Campinas e região. Já se encontra presente? (*Pausa.*)



O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI – Sr. Presidente, para a discussão eles vão permanecer?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – Vão estar aqui, sim. Atendendo a uma ponderação do Deputado, nós pedimos que os Presidentes dos Sindicatos permaneçam na sessão da CPI para que, em seguida, os Deputados possam fazer os seus questionamentos. Com a palavra.

O SR. EMÍLIO ROBERTO CHIERIGHINI MARTINS – Eu queria agradecer o convite e parabenizar a pessoa do Presidente da sessão, Deputado Paulo Rubem Santiago, pela iniciativa de formação desta CPI, mais uma esperança para o setor varejista, um setor sério que espera ter o seu mercado normalizado. Bem, ontem se falou bastante sobre o que causou essas distorções no mercado, e eu vou ser bem breve. Eu represento os revendedores do interior do Estado de São Paulo, especificamente da região de Campinas. São 90 Municípios, inclusive Paulínea — nós estamos no olho do furacão — e 1.300 empresas. Nosso sindicato é específico do comércio varejista, postos de gasolina, e tem aproximadamente 70% da sua rede sindicalizada. No nosso ponto de vista, as distorções — que são muitas no mercado — ocorrem hoje por diversos motivos, principalmente pelo processo que começou em 1990, na época do antigo DNC, um processo de desregulamentação que foi mal conduzido, foi mal gerenciado pelo órgão à época. Em 1995, na seqüência desse processo de desregulamentação, foi promovida a liberação dos preços — era um clamor da época a liberdade de mercado —, também conduzida de forma equivocada e que gerou essas grandes distorções. Em 1998, em função da lei federal e do decreto que criou a Agência Nacional de Petróleo, nós continuamos com as mesmas distorções, porque o simples fato de mudar de CNP para DNC e de DNC para ANP, mudou apenas o nome, mas infelizmente o organismo continua o mesmo. Tenho que fazer apenas uma ressalva. A gente tem observado, por parte do órgão da ANP, temos visto aqui muito empenho, porém, infelizmente, esse empenho que a ANP está mostrando agora no sentido de tentar normalizar esse mercado distorcido, veio tarde demais. Por isso que estamos nesta situação. Distorções do mercado. Temos o problema das liminares, que foi tratado ontem aqui. No nosso ponto de vista é um problema que diz respeito a uma legislação fraca, uma legislação muito questionável. Existem pareceres de juristas que dão conta da fragilidade, principalmente da CIDE. O problema do ICMS são distorções que



propiciam essa bagunça de mercado. Porém, o problema mais grave na nossa região é o problema da adulteração de combustível. E é nela que queria me focar. O problema ali é muito, muito sério. Infelizmente a Agência Nacional de Petróleo não tem cumprido seu papel, que é de fiscalizar e punir as pessoas que estão ali causando um prejuízo muito grande não só para o Estado como também para o mercado e principalmente para o consumidor final. Aquela região é uma região problemática e que merece uma atenção especial da Casa e, em especial, desta CPI. E é nesta CPI que estamos depositando nossas esperanças para que essas distorções sejam corrigidas e essa quadrilha que atua na região. Quando falo na região, não pensem os senhores que o problema está localizado. Paulínea, aquela região é exportadora de produto adulterado para grande parte do País. Ali se adultera produto que se consome no Mato Grosso, se adultera ali produto que se consome em Minas Gerais, se adultera ali produto que se consome no Paraná. Então acho que ali merece uma atenção especial dos senhores. Precisa ser feito ali um trabalho de inteligência para tirar quatro, cinco cabeças que são os grandes responsáveis pela adulteração de combustível em todo o Estado de São Paulo e nessas outras regiões. Aliada à questão da adulteração, potencializando esse problema, tem a questão do roubo de cargas que foi amplamente discutida no Senado Federal. Também é uma prática que anda junto com a adulteração de combustíveis. Em Campinas, em São Paulo especificamente, fizemos algumas ações. Os sindicatos paulistas entraram com ações na Justiça no sentido de tentar diminuir ou minimizar essas distorções do mercado. Além da adulteração e do problema desse questionamento de liminares, temos também o problema das distorções existentes entre desequilíbrio na relação das distribuidoras com os postos de gasolina. Esse é um problema grave que gostaria e espero que seja discutido aqui, porque não conseguimos resolver esse problema, e a ANP se julgou não competente para dirimir essas questões. É um pedido que fizemos em função das ações civis públicas propostas em Piracicaba, em Ribeirão Preto, em Franca, em São Paulo, em Campinas. Acho que o órgão fiscalizador, o órgão regulador tem que atuar no bem-estar da relação entre esses dois... É o problema da discriminação de preço. As distribuidoras de combustíveis não têm nenhuma política clara que a gente possa identificar como estratégia de preço, que possa ser identificada como estratégia. A estratégia é a bagunça. E isso causa também distorções, porque



quando uma distribuidora pratica preços diferenciados, às vezes justificada ou justificável por atuação para combater essas questões de distorções de liminares ou adulteração, ela não privilegia só toda a sua rede, ela privilegia alguns postos apenas. Isso é uma coisa muito grave, que acaba fazendo com que a categoria seja mal interpretada, e essas ações todas de cartel, essa coisa toda acaba ficando...

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI – Sr. Presidente, pela ordem. Eu pediria ao convidado que pudesse nominar: nome da empresa...

O SR. EMÍLIO ROBERTO CHIERIGHINI MARTINS – Sim, nós temos ações contra todas as grandes distribuidoras...

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - Por favor, então, seria importante.

O SR. EMÍLIO ROBERTO CHIERIGHINI MARTINS – Nós temos ações contra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – Só pediria aos Deputados que pelo Regimento nós não podemos interpelar os depoentes e há uma ordem para que nós tenhamos sete pessoas aqui e, em seguida, haverá a lista para as questões propostas pelos Deputados. Por favor.

O SR. EMÍLIO ROBERTO CHIERIGHINI MARTINS – Então, só para não me alongar no meu tempo, eu vou concentrar nessas duas situações: a questão da relação existente entre os postos revendedores e os seus fornecedores. É uma relação distorcida, é uma relação desequilibrada que promove um desequilíbrio de forças e promove — nós que somos o elo visível da cadeia, para a opinião pública nós somos às vezes mal interpretados — essa gangorra nos preços. Infelizmente, as distribuidoras não têm política nenhuma de preços. Em outros países, nós já estudamos, a nossa Federação, nós temos um diretor dentro da Federação, Dr. Gregório Goidanich, do Rio Grande do Sul, que estudou o que aconteceu em outros países, então em relação a essa relação a gente percebeu que, num determinado momento — eu acho que no Brasil nós vamos conseguir nesse momento —, o próprio Governo interveio, porque não é possível o atacado influenciar, ter sua estratégia de atuação no varejo. O mercado ideal para nós seria: distribuidora competindo com distribuidora, postos competindo com postos e uma ação forte da agência no sentido de regular e fiscalizar. É isso que nós precisamos da ANP. Então, essas ações, me parece que ontem foi entregue na Mesa uma cópia de todas



as ações, mas eu me proponho a entregar e identificar todos os pontos que estamos discutindo com as distribuidoras, e não só todas... V.Exa. falou para enumerar, são todas duzentas e poucas distribuidoras, porque nós temos algumas ações que são só contra as empresas do SINDICOM, nós temos outras ações ou uma ação que são contra todas as distribuidoras. Todas elas em conjunto com o Ministério Público Federal, todas elas, todas elas, Federal e Estadual. Em Campinas, especificamente, o PROCON... o PROCON em Campinas, onde deu início a tudo isso, o PROCON identificou uma estratégia de preços no Município de Campinas nociva ao mercado e acabou autuando as distribuidoras em 3 milhões de reais cada uma, ou seja, as distribuidoras trabalham com margens ponderadas. Não é possível... Ontem eu ouvi um Deputado perguntando para o Representante do SINDICOM qual era a margem praticada. É impossível responder essa pergunta, porque para cada posto é um preço diferente. Isso é um absurdo. Não é possível que um posto "a", PETROBRAS, ele tem produto PETROBRAS, tecnologia PETROBRAS, equipamento PETROBRAS, imagem PETROBRAS e não tem preço PETROBRAS. Ele tem preços diferenciados, preço de 10, 15 centavos de diferença. Não estou me referindo... estou pegando a PETROBRAS apenas como exemplo. Mas a maioria das distribuidoras não têm uma política clara de preços. Em outros países a gente já viu o Estado regulamentar isso para evitar a verticalização no setor, que é extremamente nociva para a categoria. Com relação à qualidade dos combustíveis, em relação à falência da fiscalização, ao estado falimentar da fiscalização, nós desenvolvemos na região e agora estamos desenvolvendo no Estado todo campanhas de qualidade. Uma começou o ano passado, durou seis meses, onde nós monitoramos a qualidade de todos os produtos, todos os tanques; de 426 postos de gasolina e nós descredenciamos desses 426 postos 23 postos. Nós fizemos isso com bastante entusiasmo, foi um investimento muito grande, foi mais ou menos uma autofiscalização, mas isso prova que realmente estamos precisando de fiscalização. Estamos precisando que o Estado intervenha na questão da qualidade de combustível. É um absurdo uma entidade, os próprios revendedores patrocinarem uma autofiscalização. Tudo isso com dois objetivos: primeiro, orientar o consumidor e resgatar a imagem do setor e, a principal delas, tentar diferenciar, nesse mercado, onde o consumidor tem o seu poder de compra corroído pelo alto custo do imposto chamado gasolina, o consumidor acaba comparando preços diferentes. Temos este



problema de nos diferenciar desse pequeno grupo de postos que tem margens muito grandes em função do problema da adulteração. Finda essa campanha, que foi de sucesso e teve grande impacto na região, nós estamos hoje monitorando a qualidade de 310 postos de gasolina no Estado todo — monitorando com seriedade, fazendo exames laboratoriais. E coloco os dados que nós temos desse programa à disposição desta CPI, para que possamos chegar a termo e oferecer para o consumidor um produto de qualidade a preço justo. Era isso o que eu tinha para falar. Agradeço a oportunidade e estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) - Obrigado. Deputado, nós vamos primeiro fazer a ouvida de todos os sete representantes e Presidentes de entidades para, em seguida, abriremos para os questionamentos dos membros da Comissão.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) - Não. A Comissão entende que, se formos abrir para os Deputados, deveremos abrir para todos. E com o questionamento, um a um, nós não teremos perspectiva quanto ao tempo de duração dos trabalhos da Comissão. Então, nós entendemos que podemos ser mais objetivos ouvindo os sete convidados e, em seguida, abriremos para os Deputados e voltaremos a conceder a palavra aos presidentes das entidades.

O SR. EMÍLIO ROBERTO CHIERIGHINI MARTINS - Só para os senhores terem uma idéia...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) - Deputado, permita-me. Estamos numa Comissão Parlamentar de Inquérito. Os presidentes dos sindicatos estão aqui atendendo à convocação da Comissão. Entendemos que foram convocados para que exponham aqui os seus pontos de vista sobre a temática que constituiu esta CPI. Em seguida, vamos encaminhar ao Plenário, para que os Deputados integrantes façam os seus questionamentos. Se o primeiro, o segundo e o terceiro vão esperar mais tempo para que possam ser questionados, é uma situação regimental. O que nós entendemos é que não haverá como operacionalizar o trabalho de maneira eficaz se abriremos, a cada intervenção, para “n” rodada de questionamentos dos Deputados, sob pena de prejudicarmos o andamento dos depoimentos e, em seguida, os questionamentos. Todos os



convidados vão permanecer aqui, para que possam ouvir os questionamentos dos Deputados e responder àquilo que for posto por S.Exas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) - Pois não.

O SR. EMÍLIO ROBERTO CHIERIGHINI MARTINS - Eu vou deixar aqui um jornal de uma cidade talvez muito pequenininha, mas que retrata bem o problema vivido na região de Campinas... na região de Paulínea.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - A decisão está errada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) - Só uma questão de ordem. Eu vou apelar aos Srs. Deputados. Nós temos uma Mesa. A palavra está com a Presidência. Por favor, um momento; vou lhe conceder a palavra em seguida. Nós temos uma Mesa. Os trabalhos que foram encaminhados para a sessão de hoje e para a de ontem foram definidos numa reunião da Presidência e das Vice-Presidências da CPI. Isso não significa que, até o fim dos trabalhos da CPI, trabalharemos dessa forma. Mas entendemos que, como são sete os convidados, nós vamos ouvi-los, um a um, pelo tempo de quinze minutos. O primeiro presidente de sindicato não falou sequer metade do tempo previsto. Nós não vamos permitir que se ultrapassem os quinze minutos. E creio que, no tempo em que estamos discutindo o encaminhamento, nós já teríamos convidado e estaríamos, talvez, em mais da metade da fala do próximo presidente de sindicato. Então, apelaria ao Deputado José Carlos Araújo, pois, se assim for, vamos ouvir ainda o complemento do presidente do sindicato da região de Campinas para, em seguida, nós convidarmos o terceiro presidente de sindicato.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) - Deixa o nosso convidado concluir, por favor. Conclua.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu pensei que ele tivesse acabado.

O SR. EMÍLIO ROBERTO CHIERIGHINI MARTINS - Desculpem-me. Eu estou deixando, só para os senhores terem uma idéia da gravidade do problema da adulteração no interior do Estado de São Paulo... Numa cidadezinha na qual não caberia nem meio distrito industrial, e tem quatro, a população, preocupada com aquele trânsito todo de caminhões numa região, numa cidade pequenininha,



pressionou a Câmara de Vereadores que acabou pedindo uma CPI dos Combustíveis. Lá. E aqui essa reportagem mostra, exatamente, qual é o poder exercido por essas quadrilhas em cima dos representantes desse Município que é Iracemápolis. É muito importante vocês lerem a matéria. Eu sugiro aqui que essas pessoas que estão sendo pressionadas, para não apurar absolutamente nada, que venham aqui porque, com certeza, elas vão ter muitas informações para passar para os senhores. Eu agradeço muito, e desculpa ter causado algum transtorno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – A Mesa comunica que, por informação da assessoria, como os Deputados não chegaram à integralidade dos membros da CPI até a participação na sessão, vamos ouvir o próximo presidente do sindicato e, em seguida, após sua exposição, vamos abrir a primeira rodada com os Deputados para, em seguida, ouvirmos os demais. Nós entendemos que os Deputados querem aproveitar o momento das explicações, o que é legítimo. Nós queremos apenas preservar o tempo útil e eficaz para que possamos ouvi-los e, em seguida, possamos retornar a palavra aos Deputados. Nós vamos convidar o próximo presidente do sindicato e, após a sua exposição, vamos abrir a primeira rodada com os Deputados. Nós queremos agora convidar o Sr. Mário Luiz Pinheiro Melo que representa o Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado do Pará e renovo o apelo para que os presidentes de sindicatos que já usaram da palavra permaneçam no plenário desta CPI. Dr. Mário Luiz Pinheiro Melo disporá de, até, 20 minutos para sua exposição. Diminuímos para quinze minutos, dado o número de convidados ser bastante elevado.

O SR. MÁRIO LUIZ PINHEIRO MELO - Bom-dia a todos. Bom-dia ao Deputado Paulo Santiago, Presidente da Comissão. Obrigado pelo convite de estar aqui para falar um pouco sobre o sindicato do Estado do Pará. O sindicato do Estado do Pará congrega o Estado todo com, mais ou menos, 400 postos em atividade, sendo 180 postos associados. Assumimos o sindicato este ano, em março, e desde que assumimos o sindicato, logo no primeiro mês de atuação da nova diretoria, em função dos problemas relativos a preços praticados por alguns postos na região muito aquém daquele que normalmente é praticado e em função de alguns problemas regionais, solicitamos, fizemos um ofício ao Ministério Público pedindo a ele que fizesse um amplo debate com todos os órgãos que integram a



nossa atividade para tentarmos colocar ordem e colocar para eles algumas situações que tínhamos de irregularidade no nosso segmento. Foi feito um ofício no dia 25 e, em seguida, o Ministério Público nos convocou para prestar depoimento. Prestamos depoimento e falamos aqui, inclusive, de alguns fatos que foram mencionados pelo colega de São Paulo, o Emílio, do problema das distribuidoras praticando preços diferenciados entre os postos. Isso também é uma prática no Estado do Pará. Nós repudiamos essa prática porque as companhias vêm beneficiando grandes grupos em detrimento dos pequenos postos. Ou seja, para aquelas pessoas que têm mais de um posto, que têm cinco, seis, sete, às vezes dez postos de gasolina, essas companhias praticam preços, às vezes, que chegam ao ponto de serem mais baixos do que os preços dos postos menores de aquisição, ou seja, tem postos vendendo combustível na sua bomba a preço inferior ao preço que os postos da mesma bandeira adquirem na companhia. Então foi para isso que pedimos ao Ministério Público. O Ministério Público já identificou esse problema. No último dia 19 houve uma reunião em que o Ministério Público convocou as companhias todas, todas as companhias, inclusive tiveram duas empresas que não compareceram: PETROAMAZON e Esso, ela ficou inclusive de chamar essas empresas para prestar depoimento à parte. E chamou o peso e medida, que é o IMEP no Estado do Pará, chamou a Secretaria de Fazenda, o PROCON, para se tentar organizar esse setor. O grande problema que nós vemos lá na nossa região é com relação à prática de produtos adulterados, porque não se concebe que um posto consiga trabalhar com margens tão pequenas como estão trabalhando. Nós sabemos quanto é que custa a operação de um posto, e existem postos trabalhando em Belém com margens de quatro a cinco centavos. São margens que não dão para sobreviver. Então, em função disso, em função dessa situação é que nós pedimos as autoridade para que elas façam uma ampla fiscalização para se identificar qual é e de que maneira que está ocorrendo esse tipo de problema. Nós não temos o poder de polícia, e, por isso, pedimos às autoridades para que elas nos ajudem a identificar e localizar essa prática no nosso mercado. Lá no nosso Estado não é do nosso conhecimento que existam liminares. As liminares que existiam lá elas foram todas cassadas. Só se muito recentemente foi dada alguma liminar que ainda não é do nosso conhecimento, mas no momento nós não temos conhecimento de liminares. O que nós temos lá, outro problema que também é sério, é que nós temos



dois Estados que são limites ao Estado do Pará, é no caso, o Maranhão e o Amazonas. A gasolina no Estado do Pará é tributada em 30%, e no Maranhão e no Amazonas é 25%. Isso faz com que haja passeio de caminhões, ou seja, alguns revendedores do Maranhão, comprando na base de Belém, e o produto, ao invés de ir para o Maranhão fica em Belém. Vejam só: só isso aí representa 5%, quer dizer, só na compra, as pessoas que fazem isso, já estão ganhando só na compra 5%. Então, é urgente que se tente realmente haver a unificação do ICMS, porque na hora que se unificar o ICMS, essa prática vai ser extinta, e é uma forma de regular essa parte. Bem, eu não queria me estender. Essa era as principais dificuldades que nós enfrentamos no Estado. Agradecemos o convite e estamos aqui à disposição de qualquer indagação com relação ao nosso Estado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) - Obrigado. A Mesa pede à Secretaria que nos traga a lista dos Deputados que já se inscreveram. Vamos abrir essa primeira rodada para, em seguida, ouvirmos os próximos quatro presidentes de sindicatos. Estão inscritos, pela ordem, Dr. Evilásio, Deputado Nelson Marquezelli, este Deputado, Deputado Ricardo Barros, Deputado José Carlos Araújo. Então, com a palavra o Deputado Dr. Evilásio.

O SR. DEPUTADO DR. EVILÁSIO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. expositores, nobres pares, Deputados, eu gostaria de encaminhar minha pergunta para o Sr. Emílio, do Sindicato de Revendedores da Região de Campinas. O senhor traz aqui a esta Casa uma denúncia em relação às distribuidoras, que mantêm, atitudes de discriminação ou de privilégios com relação à venda ao varejo, aos postos de gasolina. Eu lhe perguntaria se na BR Distribuidora, que consideramos a distribuidora oficial, uma empresa pública, se adota essa prática, e que o senhor mencionasse quais são as distribuidoras que praticam tal ato. Além do mais, se é do seu conhecimento que, no Estado de São Paulo, há, em algumas cidades, uma incidência maior de liminares por parte de juízes em relação a outras cidades ou outras regiões do Estado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) - Nós pediremos aos Presidentes de sindicatos que aguardassem o bloco para, em seguida, responderem aos cinco Deputados. Deputado Nelson Marquezelli.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI – Eu acho que uma CPI precisa ir mais a fundo. Tudo isso que vocês colocaram, nós sabemos, é o que está



acontecendo no mercado. Então a minha pergunta é para os três, pela ordem de depoimento. As denúncias, se vocês não quiserem fazer verbal, podem fazer para o Relator, por escrito: quais são as quadrilhas; quem são as companhias que agem nesse intercâmbio; se há nome das distribuidoras, ou da PETROBRAS, ou das companhias que se interligam, como essas companhias, e quais são seus nomes; quais são essas pessoas — se possível, nome e endereço —, se o mercado não conhece. Da fiscalização federal, se tem participação, quem são, quais são os nomes. Certo? Vocês podem falar pelo microfone ou podem dar por escrito ao Presidente da Mesa. Isso não tem problema. São para os três os detalhes da denúncia. Foi falado em quadrilha, nos queremos saber aonde, qual é a atuação, qual é a colocação. Adulteração nos postos, sabemos que tem. Quem são? Quais são os nomes? É isso que precisamos que os depoimentos aqui da CPI sejam feitos; pode ser verbal. Se vocês preferirem, pode ser encaminhado ao Relator, por escrito, ou ao Presidente. Se houve já a participação da polícia em alguns locais desses aí; se já houve algum mandado de prisão, o que vocês conhecem nas suas áreas, no Estado. Estamos fazendo uma CPI que realmente é para ver onde vamos chegar. Esta aí o Presidente da Mesa e o Relator para receber isso por escrito ou verbal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – A Presidência passa a palavra ao Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Farei os questionamentos ao final, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Srs. convidados. Ouvi dos dois depoentes que aqui estiveram, convidados, alguma coisa que já sabia, mas queria fazer algumas perguntas. Primeiro, nos três Estados, quantos postos são de propriedade das distribuidoras arrendados a terceiros? Porque se sabe que as grandes distribuidoras manipulam os seus produtos. Aí o presidente de São Paulo colocou muito bem quando ele disse que os preços são diferenciados nas distribuidoras. É verdade, a gente sabe disso também, o preço, o prazo. Porque há uma diferença muito grande. Quando a distribuidora quer privilegiar certos postos, ela dá um prazo maior, ela dá



um preço melhor. Quando ela não quer, ela só vende em *cash*, não aceita cheque, e faz com que o seu contrato de comodato seja rescindido, se aquele posto não está atendendo as diretrizes das distribuidoras. Se isso é verdade ou se não é verdade. É uma pergunta que faço aos três. Os três Estados devem ter os mesmos problemas. A gente sabe que, entre sair o produto das distribuidoras e ao chegar aos postos, é um longo caminho a percorrer. Nesse intervalo, é aí que acontece, porque ninguém — a gente sabe —, ninguém faz adulteração no posto. Ninguém faz adulteração no posto. A gente sabe perfeitamente disso. O risco é muito grande. Ninguém vai se aventurar a esse tipo de coisa. O batizo do combustível é feito depois que sai da distribuidora e antes de chegar ao posto. E é fácil. Isso aí é fácil, porque as transportadoras... Muitas vezes os próprios postos têm seu transporte. E muitas vezes esse transporte é de terceiros. E essas coisas acontecem, como tanque falso, como entrar e sair. Como coibir? Também seria muito fácil se quisesse fazer, porque você sabe quando o carro carrega, que hora sai e que hora chega no posto. São essas coisas. Por que os sindicatos, nos postos, não tomam providências e uma maneira mais eficaz de fiscalização quanto a isso? Porque sabem quando carrega na base. Os caminhões ficam horas na base, mas ao sair da base, se tiver um controle, sabe que hora saiu e sabe quando chega. Isso é tranquilo para se fazer uma fiscalização se quisesse realmente fazê-la. Existem quadrilhas — não sei se é do conhecimento dos senhores — que se especializaram nesse tipo de coisa, em adulteração de combustível para chegar aos postos. Muitas vezes, os carros são carregados da base com a nota fiscal. Em determinados momentos, eles nem descarregam, só trocam a nota fiscal. Vocês têm conhecimento disso? Como coibir? Outra pergunta: existe o cartel dos postos? Existe o cartel das distribuidoras? Qual dos dois tem o cartel? Por que existe o cartel? Se existe, por que existe o cartel? É para se proteger um do outro? São essas perguntas que coloco neste instante. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – Obrigado, Deputado. Vou passar a Presidência para o Deputado Carlos Melles, Relator.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES – Sr. Presidente, não tenho considerações a fazer. Vou esperar todos os depoimentos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – Algumas questões os Srs. Deputados já anteciparam.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – Pois não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Sr. Presidente, alguém tem que presidir a sessão. Acho que V.Exa. tem que passar a Presidência para um outro Deputado. O único que não deveria ocupá-la é o Relator. Qualquer Deputado da Comissão pode ocupar a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – Deputado José Carlos Araújo, fizemos um procedimento absolutamente formal. Não há nenhum motivo regimentalmente para qualquer questão de ordem quanto à passagem temporária da Presidência ao Relator nesta fase em que os Deputados estão inquirindo os convidados. Não há qualquer problema regimental quanto a isso. Mas, para que avancemos e não percamos tempo...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Estou me referindo ao Presidente da Mesa neste instante. Não vou discutir com Deputado no debate agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iris Simões) – Com a palavra ao Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Aproveitando uma ponderação do Deputado Nelson Marquezelli, quero expressar que esta CPI, ao convidar ou convocar presidentes de entidades empresariais, lideranças de sindicatos ou de distribuidoras, pode fazê-lo quantas vezes entender que seja necessário para os trabalhos da CPI. Portanto, é um apelo que estamos fazendo em função da necessidade de maior objetividade, de maior profundidade ou nos depoimentos ou de forma direta, a presidência ou a Relatoria, inclusive mediante a juntada de documentos ou de declarações que entendam os convocados não sejam necessariamente objeto de uma exposição pública. Queria, nessa linha de tentar precisar os depoimentos, dirigir-me aos três presidentes de sindicatos para que expressassem o seguinte: primeiro, nas suas respectivas bases de atuação, quais são as distribuidoras hegemônicas no mercado? Quais são as distribuidoras que controlam o mercado no Estado do Pará e na região, na região de Campinas e na região representada pelo sindicato do Rio de Janeiro? Em segundo lugar, se os presidentes destes sindicatos têm conhecimento, nas suas respectivas bases, da iniciativa do Ministério Público Estadual, do Ministério Público Federal ou das delegacias de crimes contra a ordem tributária nos respectivos Estados em relação



às operações de combustíveis. Se no Estado do Pará, na região da base do sindicato do Pará, no Estado do Rio de Janeiro ou na região de Campinas, há conhecimento da atuação dos Ministério Público Federal, do Ministério Público Estadual ou de delegacias de crimes contra a ordem tributária em processos relacionados com combustíveis: adulteração, sonegação, desvio de destino, etc. E se há conhecimento também da atuação junto às distribuidoras de escritórios de advocacia que tenham ou patrocinem medidas junto ao Poder Judiciário para o não-recolhimento de contribuições ao Governo Federal ou de impostos estaduais. Se no Estado do Pará, no Estado do Rio de Janeiro, na região da base do sindicato de Campinas, os sindicatos, os seus integrantes, os seus dirigentes têm conhecimento, além das intervenções do Ministério Público Federal, Estadual e delegacias de crime contra a ordem tributária, da atuação de distribuidoras ou de escritórios de advocacia que eventualmente se repitam na busca judicial do não-recolhimento desses impostos. E, por fim, a identificação, se não aqui de público, de forma direta à direção desta CPI, das distribuidoras que praticam os preços diferenciados. Como se dá essa prática? Qual é o relacionamento com os postos? Se é uma prática eventual, se é uma prática costumeira destas distribuidoras, que isso pudesse ser também levado ao conhecimento desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iris Simões) – Eu quero passar novamente à Presidência da Comissão ao nobre Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – O Sr. Relator fez a opção de usar da palavra ao final dos trabalhos, bem como o Deputado Ricardo Barros. Pela ordem, nós vamos passar ao primeiro presidente de sindicato, Sr. José Luiz Mota Afonso, para que responda aos questionamentos.

O SR. JOSÉ LUIZ MOTA AFONSO – Vou tentar responder as perguntas. Eu não anotei, e, como eu me perco, gostaria da colaboração dos Deputados. Deputado Evilásio, a pergunta foi para o Emílio. Deputado Marquezelli, a questão que a gente informasse dessas coisas que foram divulgadas aí, quadrilha. Eu posso, pelo sindicato, trazer os nomes. Veja bem, fique bem claro, o sindicato, a gente existe na função de representar o revendedor. O sindicato não tem poder de polícia. Então, a gente, há indícios, então, esses indícios, por exemplo, lá no Município do Rio de Janeiro, quando a gente vê esses indícios, nós vamos na Secretaria da Fazenda pedir a colaboração. Quando a gente, há algum indício que veja, por exemplo,



quando a gente vê o revendedor questionando, alguns preços diferenciados, então a gente, como pode se a companhia tem um preço praticado. Então, a gente acha que há indício de adulteração, então a gente vê nos jornais liminares. Então, tudo há indícios. Então realmente eu posso trazer aqui, eu vou informar, mas realmente a gente, o sindicato não tem como provar. Ele não pode chegar lá no posto, fechar o posto, pegar, ter o poder de pegar uma nota fiscal, ver se aquela nota fiscal tem liminar ou não do posto de gasolina. Nós não temos esse poder. Mas a gente, há indícios, então por isso que acho que realmente essa Comissão foi instituída exatamente para averiguar esses problemas. O Deputado José Carlos Araújo: *“quantos postos são de propriedade da companhia?”* De cabeça, eu não tenho, mas darei o Município do Rio de Janeiro, com certeza. O senhor falou dos produtos que saem da companhia e que chegam aos postos no meio do caminho pode haver uma adulteração. Veja bem, na minha visão, esse é o grande problema. Os postos sérios, que a gente defende... Os sindicatos defendem os postos sérios. Eu, na minha base, são 900 postos, nós temos hoje mais ou menos 450 associados. Então, a gente realmente só tem informações desses 450 associados pelas próprias reuniões e assembléias que nós temos. Dos outros não temos informação nenhuma. Geralmente, posso informar que o revendedor sério, que tem o seu contrato, que trabalha direito, geralmente esse combustível não é adulterado. A adulteração é feita por companhias que não tem nome no mercado, como ontem foi falado aqui. Hoje, existem distribuidoras formadas em escritório, com celular, então, esse pessoal realmente acho que adultera o produto, porque o posto de gasolina, com o senhor bem colocou, não adultera o produto. E acredito que também o revendedor sério não tem essa prática. Se existe, realmente, a gente tem que investigar onde é feita essa adulteração de combustível. Um indício que a gente tem notícias, por exemplo, lá no Município do Rio de Janeiro, nós temos a refinaria de Manguinhos. Sabemos que há uns anos a produção de solvente era uma quantidade pequena. Hoje, a produção de solvente é assustadora, é imensa, e todo mundo sabe que o solvente, praticamente 99,9%, é para usar na tinta. E ao mesmo tempo temos informação de que as fábricas de tinta estão declinando, quebrando. Então, onde estaria sendo colocado esse solvente? Como todos sabem, o solvente pode ser colocado na gasolina. Então, seria um indício que vocês poderiam averiguar. Você perguntou se existe cartel. No Município do Rio de Janeiro, nós não temos essa prática, não existe cartel



nem das companhias. É o que eu posso informar. Agora, o Exmo. Deputado Paulo Rubem Santiago: “*Quais as companhias que controlam?*” Se entendi a pergunta, o senhor quer saber quantas companhias operam de bandeira no Município do Rio de Janeiro.

(Intervenção inaudível.)

O SR. JOSÉ LUIZ MOTA AFONSO – Lá no Município, nós hoje temos nove distribuidoras com marca, porque o senhor sabe que tem... O posto que não tem a marca é um posto chamado bandeira branca, reconhecido até pela ANP. Então, esse posto pode comprar de qualquer distribuidora. Hoje, no mercado, pela Agência Nacional de Petróleo, temos 234 distribuidoras funcionando no País. Então, realmente, lá no Município, nós temos nove distribuidoras. Se o senhor quiser, cito o nome: é a BR, Texaco, Ipiranga, Shell, Esso, Ale, Repsol, Agip e Mega. O senhor perguntou se tem, no meu Município, o Ministério Público atuando, estadual ou federal, com operações de combustível. Lá, no Município, nós não temos não. Não tem nenhuma atuação ainda do Ministério Público. Sobre advogados que buscam recolhimentos dos postos, se há alguma... realmente, não conheço. O único conhecimento que temos foi divulgado, é que há liminares em Friburgo, uma grande liminar lá, dada pelo Município de Nova Friburgo. Sobre parte de advogados, não sei não. Se as companhias praticam preços diferenciados. Claro que sim, porque tanto a companhia como o posto de gasolina todos sabem que o preço hoje é livre, o mercado é livre. O posto pode praticar qualquer preço, como a distribuidora também pode praticar qualquer preço. E o sindicato não entra nessas práticas, como acabei de falar, comerciais. Cada um pratica seu preço, acho que cada posto de gasolina sabe o custo que tem. De posto para posto há muitas variações. Fica difícil a gente dizer aqui os preços diferenciados e mostrar números. Acho que era só. Fiquei devendo alguma pergunta a algum Deputado? Acho que não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – Obrigado, nós vamos agora ouvir o Sr. Emílio Roberto, do Sindicato do Comércio de Derivados de Petróleo de Campinas e Região.

O SR. EMÍLIO ROBERTO CHIERIGHINI MARTINS – A pergunta do Deputado Dr. Evilásio, se a BR também pratica essas discriminações. A BR está inserida em quase todas as ações que a gente tem. Ela faz parte do SINDICOM, de nossas ações dessa relação comercial entre postos, entre distribuidoras e sua rede



de postos. E hoje há a grande concentração de redes de postos são das distribuidoras do SINDICOM. Então, como a gente discute isso na Justiça, a BR também está. Inclusive, queria fazer um registro aqui. Nós desenvolvemos, falei há pouco — até aproveitando a pergunta do senhor —, programas de qualidade, que, no nosso ponto de vista... Foi apresentado, inclusive, para a Agência Nacional do Petróleo, que publicamente não apoiou explicitamente, mas se manifestou favoravelmente ao que nós estamos fazendo. E a gente estranha bastante que um programa que vem de encontro a um programa de qualidade das empresas que trabalham com seriedade — a BR é uma, a Ipiranga é outra, todas elas trabalham com seriedade, nenhuma mexe com produto adulterado —, eu estranho bastante o boicote e a pressão que os revendedores que aderem a esses programas sofrem por conta dessas distribuidoras. Essas distribuidoras, principalmente a BR e a Ipiranga, vão e boicotam nosso programa, elas fazem pressão no revendedor para o revendedor não entrar. Queria fazer esse registro, porque é um esforço que o sindicato faz para tentar diferenciar, nesse mercado bandido, um revendedor que quer trabalhar com seriedade, e a gente encontra no parceiro do posto uma resistência. Então, isso é uma coisa grave, que gostaria de deixar registrado aqui. E eu tenho insistentemente reclamado com a Direção da PETROBRAS e da Ipiranga com relação a esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – Deputado, pelo Regimento da CPI, nós não podemos interromper o depoimento dos convidados.

O SR. EMÍLIO ROBERTO CHIERIGHINI MARTINS – Nós desenvolvemos programas de qualidade na região e agora, no Estado de São Paulo, através de uma associação criada especificamente para isso, que é a SP Combustíveis. Qual é o nosso trabalho? Nós vamos a um posto de gasolina. Através de um termo de adesão, ele adere a um programa, assina um contrato, onde ele permite que nós, através de um laboratório credenciado e reconhecido... Aliás, esse laboratório trabalha para todas as grandes distribuidoras, com sede em Cosmópolis. Ele recolhe, na hora que a gente quiser, quantas vezes a gente quiser, amostra de todos os tanques, de todos os produtos, no mínimo duas vezes por mês, leva para o laboratório; ou seja, faz no laboratório os testes de qualidade, que, na hora do recebimento do produto, ele...

(Intervenção inaudível.)



O SR. EMÍLIO ROBERTO CHIERIGHINI MARTINS – As gerências locais, as distribuidoras. *O.k.?*

(Intervenção inaudível.)

O SR. EMÍLIO ROBERTO CHIERIGHINI MARTINS – Graças a Deus, a minha categoria hoje não... O setor varejista não está tão subserviente mais.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Era isso a única coisa que não tinha ficado clara.

O SR. EMÍLIO ROBERTO CHIERIGHINI MARTINS – Então, 55% dos integrantes desses programas são postos bandeirados, mas poderia ser maior, se as distribuidoras não fizessem pressão. Então, infelizmente, isso aí... Eu estranho bastante, porque todas elas trabalham com qualidade. Todas elas têm seus programas de qualidade. Com certeza, nosso programa aqui não é diferente do delas. Elas somariam e reforçariam a questão da qualidade, que eu acho que é um problema sério, um dos mais sérios do País. O senhor perguntou para mim se existem liminares mais em São Paulo do que em outros Estados. O que eu tenho é a notícia de jornal só, não poderia... Porque essa questão de liminar não é da revenda, quem questiona é a distribuidora, e quem é questionado é o Estado. Então, não cabe à revenda ficar aqui dando detalhes disso, porque a gente não tem esses detalhes. O Deputado Nelson Marquezelli perguntou quais são as quadrilhas, quais os nomes, se existem ligações, se a fiscalização participa, para eu dar detalhes da denúncia. Infelizmente, não é possível fazer isso, porque se a minha família estivesse no aeroporto pronta para viajar, e eu a caminho de lá, falaria com prazer, porque isso atrapalha bastante as pessoas que querem trabalhar com seriedade. Eu não tenho condições de fazer isso. O Deputado José Carlos Araújo perguntou quantos postos revendedores são de propriedade de distribuidoras. Isso também nós questionamos nas ações civis públicas. As distribuidoras, algumas delas com mais intensidade, com mais frequência, compram as propriedades, são proprietárias dos postos; quer dizer, elas têm postos, mas não podem operar postos de gasolina. E elas acabam colocando ali pessoas, revendedores teleguiados, revendedores com condições comerciais extremamente desvantajosas, desequilibradas e transformam ali numa operação praticamente indireta, um revendedor que está sempre dependendo ali de uma benesse da distribuidora, para continuar vivo, para ganhar aquele “salarinho”, que às vezes ela anuncia até no jornal. Isso é uma distorção



grave, é uma verticalização fácil de comprovar, mas, infelizmente, apesar de a Agência Nacional do Petróleo legislar sobre isso, eu ainda não vi, na prática, nenhuma ação contra isso, a não ser os reclamos da revenda. O senhor também me perguntou sobre as discriminações de preço.

(Intervenção inaudível.)

O SR. EMÍLIO ROBERTO CHIERIGHINI MARTINS – Isso. Na rede contratada também. Existem casos onde existem revendedores que são os preteridos. Nós não somos contra a distribuidora fazer uma campanha numa determinada região, para combater a adulteração, para combater uma provável sonegação, mas desde que ela faça para todo mundo. O problema é que elas escolhem no mapa alguns postos e aplicam nesses postos aquela estratégia de preços, deixando os outros postos da sua própria bandeira preteridos dessa situação. Isso aí é uma distorção grave, que quebra o setor, e não podemos deixar de registrar aqui. Quando a gente reclama... Nós temos várias ações, tanto na parte política como também na Justiça, nas ações cíveis públicas, em que a gente discute a questão da isonomia de preços. A isonomia de preços, para nós, o que que é? A distribuidora, ela tem que ter um preço claro, de lista, todo dia. Ela é livre para fazer isso, mas ela tem que ter um critério claro de frete, quanto custa o quilômetro rodado, quanto que ela cobra o quilômetro rodado, quanto que é o juro dela para aplicação do prazo. Se não tiver isso, não é possível. Não é possível uma distribuidora... É só olhar a fonte nossa. O *site* da ANP é a fonte oficial. Vocês olham lá, tem diferença de preços de até 15 centavos, praticados na mesma área, na mesma região, na mesma cidade, pela mesma distribuidora, para com a sua própria revendedora. Isso é uma distorção. Ela acaba empurrando esse revendedor preterido para a criminalidade. Ele joga a toalha, não tem jeito. Essa é a realidade do setor hoje. O senhor também perguntou: ao sair produto das cias. para os postos revendedores, onde é feita a adulteração? Eu digo ao senhor que o grande volume de adulteração hoje é feito pelas distribuidoras piratas, por essas bases clandestinas. É um absurdo que, na região de Paulínea, que é responsável por 25% do que se vende no País, se autorize base secundária a 30 quilômetros de distância da base primária. É um absurdo isso aí, sendo que essa distribuidora que tem a base secundária, ela é obrigada a ter um espaço na base primária para retirar o produto, a gasolina A. Então esses pontos em torno de Paulínea, essas bases legais



e ilegais, clandestinas ou não, elas são um foco de adulteração de combustíveis que deve ter, por parte da Agência, uma atenção especial na fiscalização delas. O senhor também perguntou por que os postos revendedores não tomam providências. Não cabe aos postos revendedores fiscalizar. Eu acho até que extrapolamos um pouco nas prerrogativas que o sindicato tem, de defender o setor. Estamos fazendo uma autofiscalização. O senhor mesmo ainda perguntou se existem quadrilhas que se especializaram na adulteração. Sim, existem. O senhor perguntou se existe cartel nos postos de gasolina. Eu, honestamente, tirando as questões pontuais — é uma categoria muito grande —, acho que pode acontecer de uma ou outra pessoa conversar, mas nós fugimos até da definição de cartel. Cartel, no meu ponto de vista, é um pequeno grupo de grandes empresas que combinam condutas ou preços uniformes para ganhar dinheiro. Nós estamos completamente na contramão disso. Nós somos um imenso grupo de pequenas empresas que estamos praticando na maioria das regiões do País margens insuficientes, em função dessas distorções, que não dão lucro para ninguém. O que a gente está vendo hoje é o setor totalmente descapitalizado e quase todo ele quebrado. O Deputado Paulo Santiago me perguntou: nas respectivas bases, quais são as distribuidoras... Eu não tive tempo de anotar aqui, o senhor me perdoe...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – Distribuidoras hegemônicas que comandam o mercado.

O SR. EMÍLIO ROBERTO CHIERIGHINI MARTINS – Que comandam o mercado? As grandes distribuidoras, elas impõem o ritmo ao mercado, têm 80% do mercado. São essas distribuidoras que comandam a política de preços. Por isso que a gente sofre bastante na época de redução de preços, de aumento de preços. A gente sofre bastante porque nós somos o elo visível da cadeia de comercialização. Nenhuma emissora de televisão vai na porta da distribuidora para saber o que aconteceu. Vai no posto de gasolina saber o que aconteceu, e é difícil a gente explicar, às vezes, porque as condutas delas não são uniformes, a política delas não é uniforme para com a rede. Se eu tenho conhecimento de iniciativa do Ministério Público Estadual ou Federal? Tenho sim, não só nas iniciativas geradas pelas ações e pela denúncias que fizemos. Nós temos conhecimento. Em São Paulo, o GAECO tem combatido com bastante firmeza a questão da adulteração de combustíveis. Está bem claro isso lá. Tem o promotor, me parece que é o chefe do GAECO, o líder



do GAECO, que é o José Carlos Blat, um promotor que está atuante. Em Marília, tem um outro promotor, que já veio aqui a esta Casa, também bastante atuante. Nossa esperança é também no Ministério Público. O senhor perguntou, Deputado, a questão da fiscalização por parte do Estado. Eu, honestamente, eu vou falar de São Paulo. Eu vou citar o exemplo do supermercado. O Deputado Luciano Zica ontem colocou com bastante clareza essa distorção grave, essa anomalia, esse ralo que é a atuação dos supermercados no setor varejista de combustíveis. Eu não vejo a atuação do Estado. O Estado, que é o maior interessado em não ter desvio de receita de ICMS, ele permite que se estabeleçam condições para que o supermercado, em função das alíquotas, não da alíquota só alta, porque a alíquota alta é um incentivo, mas do preço estabelecido pelo Estado, que é muito maior do que o preço praticado; ele permite que o supermercado faça uma operação que na realidade o que ele quer não é vender gasolina, ele quer crédito de ICMS. E aí, voltando um pouquinho, Deputado, para o que o senhor me perguntou — acho que o senhor que perguntou quem comanda preços —, quem comanda preços são as distribuidoras, óbvio, elas têm a política de preço, têm 80% do mercado. Mas, em determinadas regiões, onde os supermercados atuam, principalmente em cidades do interior, quem comanda o preço é o supermercado. Quando ele quer crédito de ICMS, ele desce o preço, e siga-me quem puder. E, quando ele não quer, ele quer ganhar dinheiro, porque crédito de ICMS agora não é bom, ele sobe o preço e fala: quem vender abaixo, eu abaixo o preço. Isso acontece em Jundiaí. Nós já denunciemos várias vezes isso. Esse é o verdadeiro cartel, é o cartel da imposição, é o preço opressivo: ele impõe a condição que ele quer, em função do interesse dele. Eu acho que essa questão do supermercado é tão grave como a adulteração e essa questão das liminares. Isso tem que ser combatido. Não é possível um setor... E está se proliferando. Agora não é mais só o Carrefour, o Extra, é o Big que está fazendo, e todos eles incentivados e potencializados pelas distribuidoras parceiras dos postos de gasolina. Todas elas, todas elas têm interesse em vender para o supermercado, porque é um volume muito grande, alia qualidade a um incentivo fiscal que potencializa volume. Isso também agrava a questão da adulteração em torno. Além do desemprego, muita gente, para competir com o supermercado, acaba tendo que partir para comprar produto fora da especificação. Não tem jeito. Eu gostaria de ver também essa questão discutida aqui. Ainda do Paulo Santiago, se



existe escritório de advocacia que questione impostos junto com o distribuidor. Não tenho conhecimento sobre isso. E a identificação das cias. que praticam preços diferenciados. É só ver a pesquisa da ANP. A pesquisa da ANP é um patrimônio para esta CPI. É só entrar no *site* da ANP, semanalmente, e ver qual é a conduta das distribuidoras para com a sua rede revendedora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – Obrigado. Nós vamos ouvir agora o Sr. Mário Luiz, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo no Estado do Pará.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Presidente, antes de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – A título de colaboração, nós não podemos ficar engessados. Eu entendo que nós não podemos interromper regimentalmente os convidados, quando da sua primeira exposição, mas, na hora que ele está respondendo às perguntas — perdoe, *data venia*, Presidente —, de algumas perguntas que são respondidas de alguma forma surgem algumas dúvidas, e é salutar para os trabalhos desta Comissão. Nós não podemos ficar engessados, esperando que cada um diga o que quer, o que tem que botar, para, numa outra rodada, a gente voltar. Tem que flexibilizar, para o bom andamento dos trabalhos, para que a gente possa, em determinados momentos, como foi agora, nós possamos, com o depoente, com o convidado, trocar algumas idéias que podem esclarecer algumas coisas. No depoimento dele, algumas coisas foram colocadas importantes, que ensejavam alguma outra pergunta para complementar a resposta do convidado, e peço à Presidência tolerância nesse caso. Vai demorar um pouco mais? Vai, mas não podemos ficar engessados especificamente para perguntas e respostas, perguntas e respostas, porque muitas coisas vão surgindo no depoimento do convidado. Aí, meu Presidente, o senhor agiu agora, nesta rodada, com muita complacência conosco, permitindo isso, porque é para o bom andamento da Comissão, dos nossos trabalhos. Era isso o que eu queria pedir, que o senhor tolere essas interrupções, porque isso é salutar. Obrigado, Presidente.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – Apenas, Deputado José Carlos Araújo, lembrando que, ao final da exposição de todos os presidentes



de sindicatos, nós teremos o tempo livre para que todos os Deputados retomem a palavra. Mas sem prejuízo da flexibilização.

Deputada Rose de Freitas, pela ordem.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS – Sr. Presidente, o Deputado, quando levantou a questão de ordem, ele apenas procedeu, no nosso entendimento, a questão de caráter meramente regimental. Durante o depoimento, nenhum de nós interrompe o depoente, mas depois, no debate, é profícuo por demais que se possam fazer questionamentos durante a resposta, porque isso é que faz com que nós possamos formar opiniões concretas sobre o assunto. O que diz o Deputado é uma observação que nos leva a fazer uma análise do bom andamento das CPIs. V.Exa. me permita ser redundante, mas, veja bem, quando ele responde e a indagação surge no Parlamentar, o Parlamentar tem o direito, não tem proibição regimental, de perguntar e acrescentar e ouvir a réplica ou a tréplica, o que for necessário para esclarecer. Eu sei que V.Exa. está conduzindo bem os trabalhos e é por isso que, antes de satisfazer a um bom andamento em termos de horário regimental, é preciso que se satisfaça à Comissão. Então, a flexibilização de V.Exa. — que não é na verdade flexibilização — é apenas a compreensão, que vai ajudar, e muito, no andamento do trabalho desta Comissão. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – Obrigado, Deputada.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES – Uma questão de ordem, Sr. Presidente. Serei rápido, acompanhando exatamente o pensamento da nobre Deputada e do nobre Deputado que me antecederam. O Sr. Emílio, Presidente do SINDICOM da região de Campinas, quando o Deputado Marquezelli perguntou, ele respondeu e o Deputado Nelson Marquezelli não estava aqui, sobre quadrilha, essa coisa toda. Ele disse: olha, eu só posso responder se a minha família estiver no aeroporto, ou coisa assim. Quer dizer, essa é uma questão, Sr. Presidente, do que nós estamos atrás. Esse é um ponto que nós não temos condições, na rapidez, às vezes, de tomar tudo isso, teremos que pegar as notas taquigráficas. Mas, se fosse o caso, ouvi-lo fora, numa sessão, porque nós estamos atrás exatamente disso. Essas informações é que os senhores podem nos trazer. Era essa a questão que eu queria colocar, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – A Presidência agradece a ponderação do Deputado, mas registra que já havia anotado aqui parte do depoimento do presidente do sindicato da região de Campinas, para que voltasse à Comissão, a se dirigisse a este Presidente no sentido de que, sob uma outra forma, regimentalmente prevista para esta CPI, pudesse ir mais além do que as ressalvas naturais aqui colocadas pelo Presidente, mas agradece a sintonia entre a ponderação do Deputado e a providência que a Presidência havia adotado.

Pela ordem, o Deputado Luciano Zica.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sr. Presidente, muito obrigado pela concessão desta oportunidade de me manifestar. Eu queria deixar, em função de ter estado pouco presente nesta reunião de hoje, com a tarefa de coordenar uma outra atividade num seminário sobre a reforma da previdência — não poderei permanecer todo o tempo — uma contribuição que eu considero fundamental para o bom andamento desta CPI. É evidente que todos sabemos que estamos tratando com organizações criminosas de grosso calibre e que teremos a preocupação com a preservação da segurança das pessoas. E há um expediente que eu acho que pode tornar possível à CPI ter acesso às denúncias que eventualmente alguém tenha e não possa assumir de público, que é um encaminhamento para os membros da CPI, mesmo em caráter informal, e cabe a nós criar as condições para identificar e levar, criar os caminhos para a consolidação. Acho que o importante é que tenhamos os caminhos daqueles que conhecem os caminhos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Informal.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA – É, informal e anônimo, evidentemente. Nós não somos irresponsáveis de querer chamar para nós a exposição pessoal das pessoas. Então esse é um aspecto que eu queria pedir pela ordem, para dar tranqüilidade às pessoas no sentido de que nós não iremos expor aqueles que estão buscando o mesmo objetivo que nós, a sua segurança. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – Antes de chamar para assumir os trabalhos o Deputado Carlos Santana, quero apenas fazer mais uma ponderação quanto a essa matéria. Nós não precisamos ter pressa. Nós sabemos da gravidade em que se encontram as questões da comercialização e da distribuição dos combustíveis; sabemos que em vários Estados do País há processos em andamento nas 3 instâncias, tanto no Legislativo quanto na esfera do



Poder Executivo dos Estados e na esfera do Poder Executivo Federal. Certamente, com alguns sinais já aqui postos pelos presidentes dos sindicatos, nós poderemos, servindo-nos do expediente que o Regimento nos assegura, dar andamento a essas questões, sem pressa, sem precisar avançar na exposição dos presidentes dos sindicatos. Passo a palavra ao Dr. Mário Luiz e a presidência ao Deputado Carlos Santana.

O SR. MÁRIO LUIZ PINHEIRO MELO – Com relação ao questionamento do Deputado Nelson Marquezelli com relação às denúncias, nós, quando tivemos esse contato com o Ministério Público, nós mostramos a eles alguns indícios. Bem, se um posto... Inclusive eu tenho aqui, eu tirei recentemente da ANP... Na ANP existe uma lista em que consta o preço que o posto compra e o preço que ele vende. Isso aqui está no *site* da ANP. Eu queria inclusive aproveitar a oportunidade e fazer uma colocação. Isso aqui é de extrema importância não só para nós do segmento como para a CPI, porque, só em entrar nesse *site* e verificar esses preços, já é visto aqui que existe alguma coisa errada. Por exemplo, um posto que compra a 2,032 e vende a 2,06, ou seja, ele está ganhando 0,028 centavos por litro. Se um posto vender 100 mil litros, ele ganha 2.800 reais; se ele vender 200 mil litros, ele ganha 5.600 reais; se ele vender 300 mil litros, ele vai ganhar sete mil e poucos reais. No meu posto, eu paguei, de Contribuição Social e Imposto de Renda, no trimestre anterior, 17 mil reais. Se você dividir isso por mês, dá seis mil e poucos reais por mês. Como é que um posto desse aqui pode trabalhar com essa margem? Agora, o que nos preocupa, inclusive aqui na relação... Qualquer um dos senhores pode entrar na ANP e ver que existem alguns postos se negando a dar essa informação. Por quê? Porque essa informação não é obrigatória. Agora, vocês podem notar que normalmente quem não informa é suspeito. Por que que eu vou deixar de informar por quanto eu compro, por quanto eu vendo? Eu não tenho nada a esconder, então eu informo. Mas tem alguns postos que não informam. Então, de repente seria interessante que fosse obrigado, por lei ou por decreto, que o posto tivesse que informar, sim, a que preço compra e a que preço vende. Bem, então isso aqui são indícios. Seria leviano da nossa parte nós chegarmos e dizermos: o posto tal pratica esse ou aquele delito, o posto tal faz isso ou faz aquilo. Existem indícios. Nesses postos aqui, 8 ou 10 postos aqui que fazem isso, quais são os indícios? Ele pode estar adulterando o equipamento. Em vez de entregar um litro, ele entrega 900 ml. Isso aí representa



10%. Tem posto que não ganha 10% na sua margem de revenda. Então, esse é um indício. Nós denunciamos isso para o Ministério Público. O Ministério Público no Estado está desenvolvendo um trabalho junto à Polícia Federal e ao DOI para que seja feito um trabalho para lacrar bomba e tentar identificar quais são os postos que praticam esse tipo de crime. E nós, do sindicato, estamos lá justamente para denunciar isso, independente se é associado ou não. Nós temos que moralizar o nosso segmento. Essa é a intenção do sindicato, é que exista uma moralização. Então, esse é um indício: equipamento adulterado. Outro indício é que, se ele está praticando essa margem, ele pode estar misturando o produto ou com álcool ou com água ou com solvente. No ano passado, foram apreendidas, se não me engano, 3 ou 4 carretas — isso pode ser requisitado à Secretaria de Fazenda do Estado do Pará —, 3 ou 4 carretas com solvente no Estado, clandestinas. Eu não sei precisar como foi resolvido, se isso seguiu em frente ou se ficou por isso mesmo. Eu não sei dizer como é que ficou isso. Mas, por exemplo, nós pedimos ao Ministério Público, na audiência que nós fizemos no dia 19, e a Promotora ficou de fazer... Ela pediu indícios, e nós demos os indícios a ela. Então, por exemplo, nós pedimos a ela: Dra. Eliete, vá à Secretaria de Fazenda, solicite, dos últimos 5 anos, quantas indústrias de tinta existiam, em 98, no Estado do Pará ou na área metropolitana de Belém. Existiam 3 ou 4 indústrias de tinta. E essa quantidade foi crescendo ao longo do ano. Veja quanto foi que entrou de solvente na barreira do Estado ao longo desses 5 anos. Você vai ver que houve um aumento acentuado. Peça para a Secretaria de Fazenda informar quanto foi que essas indústrias de tintas compraram de latas para fazer tinta. Se, de um consumo de 70, passa para um consumo de 500, então, ela vai ter que provar que esse solvente foi para efetivamente produzir a tinta. Então, quer dizer, essa parte que compete a nós, dar aos senhores, ao Ministério Público, indícios, isso nós estamos fazendo e vamos continuar fazendo, sim. Agora, dar nomes, dizer quem é, fica complicado, porque, como eu vou acusar uma pessoa, se eu não sei qual é o delito que essa pessoa está praticando? Eu tenho que dizer, sim, quais são os indícios desse delito.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - O senhor saberia dizer qual é a estimativa de venda no mercado desses solventes hoje?

O SR. MÁRIO LUIZ PINHEIRO MELO - Não.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Os números oficiais?



O SR. MÁRIO LUIZ PINHEIRO MELO - Eu não sei. Eu não sei. Eu pedi ao Ministério Público que fizesse esse levantamento junto à Secretaria de Fazenda. Nós não temos realmente esse número.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Dando continuidade, quero, primeiro, pedir desculpas pela minha ausência aos nobres Deputados e aos nossos debatedores, aos nossos convidados, porque hoje está saindo o Plano de Revitalização das Ferrovias. Eu sou ferroviário e tinha que estar presente lá, mas sei que o trabalho está fluindo muito bem. E vamos passar agora, seguindo a lista que está aqui na minha mão, à próxima...

O SR. MÁRIO LUIZ PINHEIRO MELO - Não, eu ainda não... Eu respondi só, até agora, à pergunta do Deputado Nelson Marquezelli. Eu tenho outras perguntas para serem respondidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Então, desculpe-me. Continue.

O SR. MÁRIO LUIZ PINHEIRO MELO - O Deputado José Carlos Araújo perguntou sobre os postos próprios em Belém. Eu não sei o número exato, mas há entre 20 e 22 postos próprios: 2 da Esso; 6 a 7 da Texaco; 3 a 4 da Shell e 6 ou 7 da BR. A Ipiranga não tem posto próprio em Belém. Existe também a PETROAMAZON. Mas a PETROAMAZON não tem posto próprio. Existe a PEDEVESA, que entrou recentemente e que também não tem posto próprio.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - E o número de postos que há em Belém, para a gente saber o percentual?

O SR. MÁRIO LUIZ PINHEIRO MELO - O percentual?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - É.

O SR. MÁRIO LUIZ PINHEIRO MELO - Na grande Belém, são 118 postos. Então, 20 postos...

(Intervenção inaudível.)

O SR. MÁRIO LUIZ PINHEIRO MELO - Mais ou menos. Com relação a produtos de caminhões que ficam indo para um lado e para o outro, lá na nossa região, a prática realmente, se está ocorrendo, ela ocorre fora do posto, como o Deputado falou. Realmente, no posto não tem como ocorrer. Então, por exemplo, essas carretas que foram presas lá em Belém, que não se destinavam à indústria de tinta, com certeza iriam para algum terminal clandestino para ser feita a mistura.



Agora, na última audiência do Ministério Público, nós solicitamos ao Ministério Público que ele coordenasse, junto à ANP, para que em Belém se pudesse ter uma unidade para fazer análise de produto. Ontem, antes de vir para cá, eu fiquei sabendo que o Ministério Público já conseguiu, junto à ANP, já está acertado que a partir da segunda quinzena de setembro, a Universidade Federal do Pará estará credenciada, estarão sendo comprados equipamentos para se fazer na Capital, através da universidade, esse convênio para se fazer os testes nos combustíveis. Isso já vai ser muito bom para o nosso mercado. Com relação... O senhor perguntou, também, com relação a cartel. Não, não existe cartel, até porque o mercado, pelo contrário, está totalmente bagunçado, totalmente sem parâmetros de negócio. O que acontece, a nossa preocupação, a gente tem procurado mostrar é que na hora em que as companhias privilegiam alguns grupos em detrimento de outro, quem mais sofre é o pequeno. Só que é o pequeno que emprega mais. Então, na hora em que as companhias privilegiam essas pessoas que têm 4, 5 ou 6 postos, ela está atrapalhando aquele pequeno dono de posto, e a tendência dele é realmente sair do mercado, ou partir para a bandidagem. Então, a preocupação nossa é com o emprego dessas pessoas e é com... Qual é a saída do revendedor? Ele vai ter 2 opções: ou ele continua sofrendo, dentro da legalidade, ou ele parte para o lado dos sonegadores. O Deputado Paulo Santiago solicitou informação com relação às companhias que atuam no Estado. Então, são as tradicionais: Esso, Shell, Texaco, BR, Ipiranga, e mais recentemente a PDV e a PETROAMAZON. Com relação a processos ou CPI. Não existe uma CPI no Estado. E com relação a processo, é esse que nós estamos tentando... Não é um processo, é uma solicitação que nós fizemos ao Ministério Público. Com relação ao escritório de advocacia, nós não temos nenhum escritório de advocacia especializado na prática de liminares. Eu acho que eu consegui atender às perguntas dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Passando a lista, está inscrita a Deputada Rose de Freitas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS – Sr. Mário, eu ouvi o depoimento do Sr. Emílio, parte do depoimento do Sr. Emílio, e ouvi o que V.Sa. falou. V.Sa. tem que entender uma coisa importante: com o trabalho desta CPI se pretende que seja um trabalho que venha a esclarecer as várias denúncias que são feitas pela imprensa, por representantes dessa categoria de vocês, em todos os níveis. Quando



o senhor disse que não conhece, quer dizer, só tem dois caminhos. No seu depoimento, o senhor disse: tem dois caminhos, a pessoa sai do mercado e parte para a bandidagem — foi a expressão que o senhor usou. Mas eu vejo crescer o número de postos, todos os dias, no meu Estado, e às vezes no Estado do Rio de Janeiro, por onde eu passo. A cada esquina tem um posto novo, e às vezes um colidindo com outro, até no limite de determinadas ruas e cruzamentos de ruas, dando a entender o seguinte: que essa atividade não é uma atividade pouco lucrativa. Porque ninguém parte para construir um negócio que tem um investimento razoável para não lucrar nada ou para, no momento seguinte, saber da sinalização permanente, que essa é uma atividade em crise ou que serão todos mantidos. Porque se postos são abertos todos dias é porque a atividade é lucrativa. Esse é o entendimento razoável de uma pessoa que é mãe, tem a sua economia doméstica e que, como profissional, também a teve. Eu só investi em minha vida nas coisas que me davam uma margem de lucro para que eu permanecesse naquela atividade. Ou, então, eu não estaria nela, por causa da minha formação profissional. Eu também sou produtora rural. Eu produzo café e limão, em pequena quantidade, porque é uma pequena propriedade. Muitas vezes eu tive que derrocar o café para criar outra atividade de subsistência que, no momento, podia ser a plantação de produtos hortifrutigranjeiros ou atividades ligadas ao leite. Então, eu queria que V.Sa. me explicasse como vê o crescimento enorme de postos no País. Segundo, eu queria que V.Sa. me dissesse o que é a atividade de bandidagem, no seu entendimento. Também aproveitaria para perguntar ao Sr. Emílio: quando o senhor falou sobre esse cruzamento de supermercado com atendimento de serviços de combustíveis, de postos, parece-me que isso proliferou muito em São Paulo e um pouco no Rio. No nosso Estado, não conheço uma coisa desse porte, mas pode ser até que tenha. Eu queria saber como é que se dá a sonegação da prestação de serviços à comunidade de abastecimento. Queria que o senhor pudesse me explicar isso e qual foi a lei... O Deputado Luciano Zica me falou que teria havido um encontro com o Governador e, daí, surgiu uma lei que tenta, inclusive, evitar a sonegação, a majoração ou o encolhimento de preços, porque eu não entendi isso muito bem. Gostaria que o senhor pudesse me explicar, por favor. Sr. Presidente, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Obrigado. Vou passar direto às respostas.



O SR. MÁRIO LUIZ PINHEIRO MELO - Bem, Deputada Rose, com relação à sair do mercado, é porque recentemente, lá na Capital paraense, nos últimos 18 meses, de 6 postos, tem um fechado e 5 pessoas saíram do ramo, inclusive revendedores com 30 anos, revendedores com 25 anos. Eles saíram do ramo porque postos próximos a eles estavam praticando preços com os quais não podiam competir. Eles preferiram sair do ramo. Então, por isso é que eu digo que pessoas sérias saíram do ramo.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Só para esclarecer. Esses postos que permaneceram no ramo com esses preços impraticáveis, que estão sendo usados por outros, são ligados a grandes distribuidoras?

O SR. MÁRIO LUIZ PINHEIRO MELO - Não, pertencem...

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - A grandes grupos?

O SR. MÁRIO LUIZ PINHEIRO MELO - A grupos. E foram comprados, todos eles, pelos grupos.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Grandes? Obrigada.

O SR. MÁRIO LUIZ PINHEIRO MELO - Bem, a quantidade, a proliferação de postos... A gente vê, por exemplo, nos Estados Unidos, a média de venda nesse país é de 1 milhão e 300 ou 1 milhão e 200 mil litros. A média no Brasil vem caindo assustadoramente. Então, o que acontece? Na medida em que você vende bem, você pode, em função da escala... De repente, o seu custo operacional faz com que você possa até, tendo outros serviços, praticar uma margem um pouco menor, não muito menor, mas um pouco menor. Na medida em que você vende menos e você tem o mesmo custo operacional... Por exemplo, um posto que vende 1 milhão de litros tem um custo operacional "x"; um posto que vende 100 tem um custo operacional "y", só que não na mesma proporção. Porque na venda existe a escala; então você consegue operar com um custo operacional médio menor no posto que vende mais. Na medida em que se proliferam os postos, aumenta a quantidade de postos. A tendência é essa média cair. Toda vez que a média cai, o seu custo operacional é maior, porque você tem que fazer face àquelas despesas fixas. Pra você operar um posto de 80 a 150, a quantidade de frentista é o mesmo; a energia elétrica é praticamente a mesma. É diferente se um posto vender 300 mil litros, ele vai aumentar dois frentistas, a energia vai crescer um pouco só e a margem dele, a venda dele foi aumentada na proporção maior do que o seu custo operacional.



Então, isso é uma coisa inclusive que nos preocupa. Lá no nosso Estado mesmo, nós temos uma lei que cria alguns parâmetros para a implantação de alguns postos. O que que precisa ser feito, raios, avenidas, uma serie de critérios pra você... proximidade com hospitais, proximidade com escolas. Então, tem uma série de parâmetros pra que você monte um posto. Já existe. Nós ficamos sabendo, na semana passada, que já existe um projeto na Câmara dos Vereadores para alterar essa lei e acabar com alguns desses parâmetros. Isso é ruim, porque na hora que você acaba com esses parâmetros, vai ocorrer abertura de postos em locais que aqueles que estão já não estão conseguindo ter o êxito comercial no seu negócio. Então eu não sei se consegui responder pra senhora o que a senhora...

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Mário, eu estou com uma dúvida aqui. Na verdade, quando o senhor disse que o senhor consente no seu raciocínio que esses postos que deixam... que continuam existindo são ligados a grandes empresas, eu sinto uma noção de que isso é uma formação de cartel, por quê? Porque a exclusão dos outros pelo preço e o preço combinado dentro do mercado dessa natureza, que deveria ser extremamente competitivo e passa a não ser, com a exclusão daqueles que não podem praticar determinados preços, valores na venda de combustível, me parece que tem setores que passam a ser privilegiados. Pode ser uma combinação, falando a linguagem mais popular, uma combinação que pode levar a entender que há uma formação de cartel nesse setor. O senhor concorda?

O SR. MÁRIO LUIZ PINHEIRO MELO - Não, não a formação de cartel. Eu vou tentar explicar pra senhora o seguinte — foi o que falei no Ministério Público — que lá em Belém existem hoje 3 grandes redes de farmácias. Essas redes de farmácias surgiram tentando comprar as farmácias pequenas que existiam no mercado. Aí, não conseguindo comprar, elas colocavam uma farmácia do lado daquela outra pra praticar preços baixos. Na maioria das vezes, os donos dessas 3 redes de farmácias são atacadistas. O que que eles faziam? Colocavam uma farmácia ao lado de uma outra farmácia, praticavam o preço não de revenda e o preço de atacado e quebravam aquelas farmácias. Hoje, Belém, praticamente, é dominada por 3 grandes redes, e que o preço hoje da farmácia são preços altos comparados com outras praças. O nosso medo é que aconteça com nosso segmento o que aconteceu com farmácia: que os grandes grupos ponham postos ou



comprem postos do lado de um que é interesse deles, pratiquem preço baixo pra que esse revendedor não possa sobreviver e eles vão e compram. Então, é isso a nossa preocupação que nós estamos mostrando isso ao Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Vamos passar...

O SR. EMÍLIO ROBERTO CHIERIGHINI MARTINS - Bem, a senhora pediu pra eu descrever como funciona, como é o mecanismo dessa questão tributária no supermercado, não é? Com a Constituição de 88, nos combustíveis, foram criados impostos municipais, estaduais e federais. O municipal já acabou, que era o IVVC, e continuou, antigamente, o imposto único, agora os Estados podem cobrar também, de 88 pra cá, e é a questão do ICMS. E é óbvio que existe aí uma tendência, e acho que não é exclusividade no Brasil, de se tributar muito o combustível porque é um produto de primeiríssima necessidade e que gera uma receita muito grande pro Estado. Especificamente, vamos nos focar na questão do ICMS, que é o que interessa para os supermercados. Já foi muito maior essa diferença, mas hoje o Estado estabeleceu o agente arrecadador substituto nesse tipo de produto, como em bebidas e cigarros. O agente arrecadador substituto é a PETROBRAS, o produtor. Existe para se cobrar, como não se cobra na ponta, na operação de venda, ele acaba cobrando, estabelecendo uma pauta fiscal. Na maioria dos Estados, existe a pauta fiscal e, se não me engano, em quatro Estados – São Paulo e Rondônia, não sei quais são os outros –, mais valor agregado. Ou seja, o Estado estabelece uma pauta através de uma fórmula, que é um percentual em cima do preço refinaria para que, toda a vez que tenha alteração no preço refinaria, se estabeleça o valor onde incide o imposto. Vou pegar um caso real para a senhora entender. No Estado de São Paulo, a gasolina é tributada em 25%. Já é uma alíquota complemente fora do padrão do Estado de São Paulo, que é 18%. A maioria dos produtos lá é 17%, 18%, mas o combustível é 25%. Já é uma alíquota alta. E os Estados, através desse mecanismo de estabelecer a pauta, acabam superdimensionando o preço. Ou seja, na grande maioria dos Estados... Existem Estados onde a diferença é muito grande, mas em São Paulo, hoje, se cobra 25% de ICMS na refinaria sobre 2 e 16, que não é o preço praticado efetivamente no Estado de São Paulo. Não é. Hoje a média de preço no Estado de São Paulo está muito perto de 2 reais. O que é que o supermercado faz? O supermercado instala o posto no seu pátio com a mesma inscrição estadual, com a mesma empresa, e ele, quando compra a gasolina, acaba



jogando na contabilidade da loja aquele crédito de ICMS. Eu não sei se existe alguma irregularidade. Já que o imposto é cobrado por substituição tributária, eu não sei se existe irregularidade nessa operação. Eu acredito que exista, porque se existe a regra para ter o reembolso disso, através de portaria. No caso, existe uma portaria no Estado de São Paulo, chamada CAT 17, que faz parte da regulamentação do ICMS, que estabelece ali as regras únicas para que as empresas tenham a restituição do imposto pago a maior. Existe uma norma, uma regra que vale para todo o mundo que vende combustível. No supermercado, o que o supermercado faz? Ele compra a gasolina, se credita 25% sobre 2 e 16 e pratica um preço, hoje, depois das denúncias que fizemos, muito próximos, um pouquinho superior ao preço de custo. Porque nós já denunciemos, inclusive no *site* da ANP aparecia, ele vendendo gasolina mais barato do que ele pagava. Isso é um negócio que tem de ser investigado. Não é possível uma empresa fazer ou vender um produto que tem um apelo. Porque, veja bem, a média de venda dessas unidades é coisa que sai fora completamente da média de venda normal de um produto do segmento. Hoje, se for fazer uma média no Estado de São Paulo, não chega a 150 metros cúbicos, 1.000 litros por mês. Os supermercados, hoje... Tem supermercados que vendem 2 milhões de litros. A média é 1,5 milhão, 1,2 milhão. Essa é a média, porque a vantagem de preço é muito grande. Ele transformou em prateleira, ou seja, numa fonte arrecadadora de imposto de crédito tributário, um produto que é a sobrevivência de todos nós. Noventa por cento da minha empresa vive da gasolina. Na hora que ele vende o produto, ele se debita de, por exemplo, 1,80. Então, desses 30 centavos, 25% disso, 7 centavos e meio, multiplicado pelo volume de vendas dele, 2 milhões de litros, são 150 mil reais por mês que ele paga a menos lá no leite moça da loja, lá na fatura. O que é mais tem assustado é que o Estado não toma providência. Porque isso é um ralo. Em outros países já existe experiência. Na França, o Carrefour se transformou na maior distribuidora do país de combustível. Aqui estamos caminhando para a mesma situação. É comum vermos, em notas na imprensa, o BIG anunciando 25 postos de gasolina em parceria com a Ipiranga. E, hoje, as grandes fornecedoras e fomentadoras desse tipo de operação são a Shell e a Ipiranga. Essas são as duas principais parceiras que transformam esses supermercados em um instrumento de desigualização ou desorganização do mercado. Inclusive, vou fazer uma denúncia. Em Campinas, o poder, o interesse é



tão grande que eles acabam aprovando até onde não pode. Em Campinas, foi agora, recentemente, aprovado um posto num supermercado baseado numa lei que proíbe. Para vocês verem o poder dessa gente. Isso é importante ficar registrado, porque estamos tentando combater isso individualmente, mas vamos perder essa guerra. O Estado precisa atuar, e a CPI seria um bom caminho para que levantássemos essa questão, começássemos a discutir e trouxéssemos aqui, mais uma vez, porque na de roubo de cargas ele esteve também, o diretor do Carrefour, para ele explicar como essa operação é feita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Deputada Rose, a réplica.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS – Sr. Presidente, eu acho que o assunto é por demais interessante. Acho que o Deputado Gervásio vai fazer alguma colocação a respeito. Sugeriria a V.Exa. que se apropriasse de uma assessoria para colher dados mais específicos e que a CPI pudesse tomar a iniciativa de uma lei para reorganizar esse setor, mesmo que com mais depoimentos, mas que gerasse uma lei. Porque isso é um descalabro, nunca vi coisa igual ou tive conhecimento disso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Quero só avisar a companheira, Deputada Rose, que nós vamos começar a fazer esse trabalho e, no próprio relatório, a gente já vai propor isso. Queria passar a palavra, agora, para o Deputado Gervásio Silva. Antes, queria pedir aos convidados que fossem breves, porque têm outros convidados que vão fazer uso da palavra, e a gente já seguindo a hora. Deputado Gervásio.

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO SILVA – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, senhores expositores, Presidentes de sindicatos, é só voltarmos no tempo em que quinze dias sobre a gasolina ou sobre o combustível era um imposto único e nenhuma agente de mercado tinha posto de gasolina por causa do imposto único e não utilizava como crédito. Vou citar um exemplo de Santa de Catarina, que é o meu Estado. Tem uma cooperativa, numa cidade de 180 mil habitantes, que regula o preço do combustível na cidade. Como ela tem um posto de gasolina, ela puxa o preço quando quer e baixa quando quer, porque a jogada é bem essa. Por exemplo, os supermercados, na maioria dos produtos, a alíquota do ICMS é de 7% ou 12%, por ser produto de alimentação; aí, você trabalha com produto que se credita de 25%, de 26% e de 27% — olha o lucro disso. Pode vender com prejuízo



abaixo do preço de compra, por dez centavos, por vinte centavos, que ainda se torna muito interessante. E eu entendo, Sr. Presidente, que a questão do combustível... Isso, a gente está citando aqui as grandes redes, mas têm muitas atividades econômicas que agregam a venda de combustíveis no varejo, justamente para fazer essa jogada — e, na verdade, os Estados deveriam estar atentos a isso, porque, no momento em que você agrega uma atividade e se utiliza desse crédito em produtos que têm uma incidência menor de ICMS, está aí a diferença. Talvez fosse o momento de se voltar. E nós, que estamos num momento de reforma tributária... E, na reforma tributária, eu entendo que nós temos que simplificar o sistema tributário do nosso País. Talvez fosse o momento de se voltar o imposto único sobre os combustíveis. Acabaria... É uma maneira simples de se acabar com esse problema. Agora, a título de contribuição, Sr. Presidente, eu entendo que nós devemos fazer uma sessão da nossa Comissão, uma sessão secreta, e, além desses Presidentes dos sindicatos que estão aqui, trazer de outros Estados. E eu tenho certeza de que todos eles terão muitas informações interessantes a esta Comissão. Até porque eu próprio já ouvi que, para se dizer algumas coisas, tem que se ter determinado cuidado, porque a máfia está apagando mesmo quem está mexendo com o negócio. Então, Sr. Presidente, eu queria dizer aos colegas Parlamentares, Deputada Rose, que a primeira vítima desse processo é posto revendedor. Esse é o primeiro que quebra, o primeiro que, daqui a pouco, pratica atos ilícitos pela sobrevivência. É igual quem está hoje... A marginalidade que nós temos no País, grande parte dela, grande parte dos bandidos, dos marginais está nela por necessidade de sobrevivência, viram marginais de alta periculosidade. E o que que acontece? A corda sempre estoura do lado mais fraco. Se nós focarmos a ação desta CPI num posto revendedor, nós não vamos chegar a lugar nenhum e não vamos resolver nada. O problema está, e já coloquei ontem, totalmente na distribuição. Vamos ter problema na formulação e vamos ter problema com a importação de produto refinado. Então, entendo que nós precisamos instrumentalizar a ANP para que ela dificulte e tenha respaldo legal para dificultar a ação daquela distribuidora de telefone celular e bloco de nota fiscal. Em Santa Catarina, Presidente, eu já citei isso na nossa audiência pública da Comissão de Minas e Energia, uma pequena distribuidora de combustível importou mais solvente do que a indústria de tintas Ipiranga. Onde é que foi isso?



O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, eu acho que nós já estamos chegando à descortesia com os demais expositores, ao nível da descortesia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – O Deputado Ricardo Barros tem toda razão, mas o nobre Deputado está no seu tempo regimental de três minutos. Se ele passar do tempo regimental, como diz o Regimento Interno, aí sim, eu posso interpelar.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Não me refiro ao Deputado Gervásio, refiro-me à forma como estão conduzindo os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Deputado Gervásio.

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO SILVA – Só para concluir, Sr. Presidente, então, eu queria dizer aos colegas Parlamentares que – contamos com a presença de poucos Parlamentares no plenário – a nossa ação tem que ser na raiz do problema, Sr. Presidente. Claro, prender dono de posto de gasolina, vem imprensa, dá ibope. Execrar donos de posto de gasolina, como foi feito no Brasil, deu muito ibope, e o problema continua cada vez maior. Foi dito aqui ontem: o posto de gasolina, em Belo Horizonte, estava fazendo parte do crime daquele promotor. Então, se nós não eliminarmos o mal pela raiz, não vamos chegar a lugar nenhum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Então, o Deputado não tem nenhuma pergunta a fazer.

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO SILVA – Não. É uma colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – É uma colaboração. Queria passar a Presidência para o Deputado Rubem, porque tenho algumas perguntas a fazer. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA – Sr. Presidente, primeiro, o que me estranha é como, a partir de ontem, nós tivemos um fenômeno, que é, primeiro, na gasolina, como foi a exposição de que se trabalha com margem zero no álcool. É muito triste. Eu não sei que matemática é essa que as pessoas vão pro mercado e com margem zero ainda conseguem negociar e se trabalhar. A outra estranheza minha foi de manhã, hoje, lendo algumas reportagens. Erradamente, erroneamente, tem uma reportagem dizendo que quem pratica o alto preço é que é o bom produtor, que é o bom mercado e assim sucessivamente. Então, é um erro enorme,



entendeu? Acho que as pessoas têm que começar a aprofundar nessa matéria. É ao contrário, é o pequeno preço que está destruindo os postos de gasolina que querem trabalhar honestamente, com sua pequena margem de lucro. Se for repetitivo, já pode dizer que já respondeu, que me dou por satisfeito. Depois eu pego a fita e vou ouvir. A refinaria de Paulínea, em São Paulo, chegou a ter 80% da produção comprometida com as distribuidoras que, através de liminar, chegaram a colocar em risco o prazo de contrato da PETROBRAS com outras empresas. Os senhores poderiam nos dizer quais são essas empresas que conseguiram essas liminares, entendeu, que comprometeram 80% da produção de Paulínea? Pergunta para os três. Segunda pergunta: vocês poderiam precisar os nomes de postos que estão envolvidos na venda de combustível com nota sonogada, notas frias, sonegação e outros delitos? Uma margem pra mim, mais ou menos. A outra e última é para o Presidente do Rio de Janeiro. Como o senhor explica que no meu Estado, o Rio de Janeiro, a diferença de venda entre um posto e outro atinja 30 centavos, entre o máximo e o mínimo? Alguns praticam o mais barato. Como eles conseguem fazer essa mágica, já que a margem de lucro da revenda fica em 10%, ou seja, 20 centavos e alguns postos vendem para consumidor com valor mais baixo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – Concluiu o Deputado Carlos Santana. Vamos passar agora, na ausência do Deputado Luciano Zica, aos Presidentes dos sindicatos, para que respondam ao Deputado Carlos Santana.

O SR. JOSÉ LUIZ MOTA AFONSO – Bem, Deputado, sobre a pergunta de Paulínea, refinaria, 80%, eu acho que o SINDICOM poderia informar as distribuidoras, ele tem toda relação, até dos juízes. Está em Paulínea, outro Município. Mas realmente é do conhecimento de todos, como ontem foi mostrado aqui em público, que as distribuidoras operam lá em Paulínea. Sobre as notas frias que eu acabei de falar ainda há pouco, a gente não tem o poder de ir num posto de gasolina e pegar uma nota, não tem esse poder de fiscalização. Então, realmente eu fico devendo ao Sr. Deputado. No Rio de Janeiro, acho que em todo Brasil, essas diferenças, a gente fica realmente assustado. Por isso é o grande clamor nosso que esta CPI consiga resolver. O único indício que a gente só pode ter é quando a gente vê num posto uma diferença, ou aquele posto tem uma distribuidora por trás com liminar de ICMS, que no Município do Rio de Janeiro é de 31%, o maior ICMS do



País, e onde hoje já se tem, desde o ano passado, que foi instituída há pouco tempo, liminar de CIDE. Então, realmente, hoje, um posto que tenha essas limitares em seu poder — o posto não, a distribuidora... Tem casos até de hoje, já, em São Paulo, que eu saiba, que já estão pedindo liminar de CIDE. Então, esse mecanismo que ele tem, ele realmente consegue praticar e realmente todo mundo... Há também a parte da alteração. Então, também a gente acha que quem parte para o lado de sonegação de posto também não custa nada ele passar pra adulteração também, não é? E é aquele negócio: bandido, quando faz, faz mesmo, não tem pátria. Então, realmente essa diferença. Sobre o álcool, o senhor citou, realmente o álcool é um negócio escandaloso neste País. Hoje, no Município do Rio, vários postos já estão deixando de vender álcool, que fica impossível, não é? Hoje, no Município, você passa num posto, o álcool a 1,28, e você passa num posto a 1,89. Então, realmente, eu tenho questionado, na última vez que estivemos com o Secretário da Fazenda do Município, se esse posto está pagando os impostos, não é, e até falei que a gente iria levar pro Ministério Público. Se realmente é pra ninguém pagar imposto, então, acho que todo mundo vai conseguir trabalhar. Mas realmente, é o que é falado aqui nesta Casa, o revendedor sério hoje está morrendo, que fica difícil, porque o revendedor sério paga seus impostos em dia, trabalha no mercado normal, e esses preços realmente não tem outro caminho senão pela ilegalidade e dá essa diferença de 20 centavos no Município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – Sr. Emílio Roberto.

O SR. EMÍLIO ROBERTO CHIERIGHINI MARTINS – Deputado Carlos Santana, com relação ao álcool, vou ser bem breve, a estranheza que o senhor anunciou aí é a nossa também. Mas vou citar o caso do álcool anidro. O que que o Governo fez quando o imposto que incidia sobre o anidro, que é misturado à gasolina, era sonegado? Ele acabou zerando alíquota e jogando tudo para a fonte produtora. Por quê? Porque o agente arrecadador substituto ou o responsável pelo recolhimento do imposto do anidro não era confiável. Então, jogou-se para o único produtor brasileiro, que é a PETROBRAS. Eu não vejo outra saída para normalizar a questão do álcool hidratado se não caminhar para um mesmo caminho, porque a fonte produtora, o produtor hoje é o usineiro. Se existe álcool sem nota, eu não vejo gasolina sem nota. É difícil ver gasolina sem nota. Gasolina sem nota, geralmente, a origem dela é roubada, é carga roubada. O álcool sem nota pode ser



roubo e pode ser venda de álcool sem nota, pela usina, certo? Então, eu acho que tem que zerar a alíquota do hidratado, e o Governo achar uma outra maneira de recuperar esse imposto através de um mecanismo mais confiável. Então, eu não vejo... Pra mim a solução para o álcool é o fim do álcool, do PROÁLCOOL, desse combustível, ou é o fim da alíquota do imposto dele, senão as distorções vão continuar. Com relação às empresas que o senhor falou aqui, se a gente... em Paulínea, volumes e tal, eu não tenho esse conhecimento, mesmo porque a gente não conhece a contabilidade da Petróleo Brasileiro S.A., que é quem vende para essas empresas, que recebe as ordens judiciais. Mas eu vou fazer uma sugestão aqui ao senhor. Como existe uma hipocrisia muito grande na hora de se discutir esse assunto das liminares, não é, se omite uma empresa em detrimento de outra, se atribui ao mercado das emergentes a questão das liminares, quando na realidade nós temos outras tradicionais que por muito tempo sonegaram imposto, questionaram imposto e não são citadas, só são citadas quando provocadas, eu sugiro que a fonte de informação seja a própria PETROBRAS, para que a informação venha correta, porque senão a informação vem pela metade. E aí eu acho que nós não vamos conseguir resolver o problema se pegar só uma parte. Tem que pegar todo mundo, tem que discutir, tem que botar todo mundo aqui dentro para discutir como é que conseguiram essas liminares. Essa é a minha opinião. E quais os postos que estão envolvidos com os delitos? Uma boa fonte de informação seria o *site* da ANP, que lá está claro, quem compra abaixo do preço de custo, quem vende com margem de 10 centavos, 8 centavos. Ali é uma fonte de informação e um guia muito interessante para que a CPI possa trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – Com a palavra o Sr. Mário Luiz, do Sindicato do Estado do Pará.

O SR. MÁRIO LUIZ PINHEIRO MELO – Bem, Deputado Carlos Santana, com relação ao álcool, eu acho que o colega Emílio já abordou. Realmente, a situação é essa, a situação do álcool. Nós também não vemos outra saída pro álcool, porque realmente tem postos... Eu tenho um posto próximo a mim que vende quase ao preço que eu compro. Então, não sei qual seria realmente a saída, a não ser a idéia que o colega Emílio colocou. Com relação a Paulínea, como nós estamos distantes de São Paulo, eu não poderia passar para V.Exa. maiores detalhes, porque nós não temos contato com Paulínea. O nosso produto vai todo via navio, então, não temos



esse contato com Paulínea, até pela distância. Com relação ao número de postos, foi o que também o Emílio falou. Esse *site* realmente é um instrumento, é uma arma que nós temos grande para identificar as distorções do nosso mercado. E eu gostaria de voltar a insistir – não sei se seria este aqui o plenário, ou se seria via ANP – pra que a ANP ou os Srs. Parlamentares criassem um decreto, uma lei, alguma coisa, exigindo que os postos fossem obrigados a dar essa informação, hoje, porque a gente vê, a cada informação que sai na Internet, a quantidade de postos que informam, que dão essa informação está diminuindo. E isso, quer dizer, nós estamos deixando de ter uma informação que é muito importante. Inclusive a nossa federação já fez expedientes, pedindo esse tipo de providência. Mas eu gostaria de frisar e pedir, porque realmente isso é de suma importância para toda a sociedade, porque qualquer pessoa pode entrar no *site* e ter essa informação a qualquer hora que desejar. Na hora que ele tiver dúvida se o posto está ou não praticando, está ilícito em alguma coisa, ele vai ver pelo site se aquele posto está com uma margem aceitável ou não. Obrigado.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA – Primeiro, que eu estou satisfeito com as respostas. Ao mesmo tempo, quero dizer que já há requerimentos na Comissão, convocando a PETROBRAS. A ANP vai ser também convocada aqui e vou sugerir que no *site*.... Pelo menos eu vou fazer uma proposta e vou fazer um requerimento. Os 10 postos de gasolina neste País mais multados a gente convida aqui, pra saber se têm alguma ligação com algumas distribuidoras internamente. E a outra também é a presença dos Governadores do Estado. Alguém, na questão do ICMS, como se pode sonegar, a olhos vistos de todo mundo, essa questão dos supermercados? Pra mim, quero dizer que foi uma saída. Estou satisfeito, porque achava que nessa questão dos supermercados existia um convênio ou alguma coisa com a PETROBRAS, sei lá, mas sabemos que são as mesmas distribuidoras que estão no mercado que acabam utilizando esse mecanismo. Toda hora tem um discurso diferente. Então, acho que nessa questão dos supermercados vamos ter que convidar os Governadores, até para saber se eles sabem quanto está sendo sonegado, quanto a sociedade do seu Estado está perdendo de recursos. Vamos ter que convidar o Governador junto com o Secretário de Fazenda para estarem aqui dando esclarecimentos, pelo menos nos Estados mais gritantes. Porque acho que ninguém, no momento em que está hoje, todo mundo com pires na mão, atrás da



reforma tributária, todo mundo com pires na mão, exigindo do Presidente da República recursos para o seu Estado, como se deixa hoje uma situação... Quero agradecer os três expositores. Acho que estamos no caminho de acumular informação dentro da nossa Comissão. E eu mesmo já tenho aqui três requerimentos que vou pedir para ser convocado. Não vou pedir convite, mas vou pedir pra ser convocado, porque isso é uma situação de denúncia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – Antes de devolver a Presidência ao Deputado Carlos Santana, gostaria de deixar informado aos Presidentes dos Sindicatos que esta CPI, no próximo dia 27, deverá aprovar inúmeros requerimentos propostos pelos membros da CPI. Nesses requerimentos, há solicitação da convocação de algumas das empresas que foram aqui citadas, especialmente a PETROBRAS e outros órgãos do Governo Federal que vêm atuando no combate à evasão de receitas ou à chamada indústria de liminares. Foram feitas aqui algumas referências, e a CPI já vai deliberar pela convocação dessas empresas e dessas autoridades. Devolvo a Presidência ao Deputado Carlos Santana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Quero perguntar ao Deputado Ricardo Barros se gostaria de fazer perguntas a estes expositores... Então, não tendo mais perguntas, quero agradecer a presença dos convidados e passar para o nosso segundo bloco. Que os quatro convidados venham à Mesa. Chamamos Joseval Alves; Adão Oliveira; Sra. Maria da Penha e Steiner Jardim. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, consulto se não seria conveniente remarcamos esta audiência, porque a probabilidade de termos *quorum* aqui na Comissão é mínima. Eu acho que os poucos Parlamentares que aqui estão terão, em algum momento, que se ausentar. Então, não sei se seria possível os companheiros virem em outra data, mas me parece que... A não ser que usemos apenas as notas taquigráficas das suas exposições como resultado positivo deste trabalho. Mas eu deixo ao seu critério, Sr. Presidente. Estou fazendo apenas uma sugestão que permitiria o debate mais amplo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Quero perguntar aos demais Parlamentares...



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Deputado Carlos Santana, entendemos que a CPI precisa trabalhar nas tormentas e nas bonanças. As bonanças, em geral, são os momentos em que há grande repercussão na mídia ou fatos de grande destaque nos meios de comunicação, e as tormentas são os momentos em que temos que trabalhar duramente para que a CPI seja municiada de informações. Acredito que, como é uma quinta-feira, todos nós aqui temos outras Comissões em andamento, outras audiências públicas. Mas creio que se começarmos a abrir esse procedimento... Este talvez seja o único momento em que nós teremos ouvido sete depoimentos de Presidentes de entidades. Não creio, pelas manifestações que os Deputados já sinalizaram a esta CPI, que teremos outras ocasiões em que a CPI terá numa única sessão sete depoimentos, mas acredito que se nós tomarmos a iniciativa de remarcar, nós poderemos fragilizar os trabalhos. Os Deputados que porventura não possam estar aqui presentes se servirão, certamente, das notas taquigráficas, dos comentários, do debate entre os Deputados. E creio que é um fosso necessário. Nós poderíamos ter aqui um número maior de colegas, mas não sendo possível não vejo por que adiarmos, até por uma questão de coerência com a convocação que foi feita aos Presidentes das entidades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Vou fazer... Eu sei que as audiências públicas não necessitam de *quorum*. Primeiro, eu quero pedir desculpas aos expositores. Eu quero fazer esse... Como nós temos agora uma agenda extensa de convocação, a gente poderia pedir aos expositores que fossem o mais breve possível, não tentassem repetir, porque nós temos oito Deputados aqui. A minha posição é a de que a gente permaneça no debate, porque nós temos oito Deputados, e a sessão não precisa de *quorum*. E se mais na frente houver necessidade da convocação, a gente faz a convocação. Pela ordem, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS – Sr. Presidente, eu entendi bem, o senhor fez uma pergunta ao Plenário. Parece-me que um Deputado não pode representar o Plenário sozinho. Nós estamos aqui com vários Parlamentares. Eu sei até que aos olhos dos nossos convidados pode parecer uma desconsideração. Eu não considero perda de oportunidade, mas eu queria fazer uma ponderação também. Explicar até para os nossos convidados como esta Casa funciona, no desenvolver dos debates no plenário são feitas as convocações. Nós estamos em



sessão ordinária, e V.Exa. não compareceu ao plenário, também não compareci, como hoje, no exercício da Liderança do meu partido, o PSDB. Veja bem, que proveito nós tiraremos hoje, a 1 hora da tarde, desse depoimento extremamente importante? Todos são e têm sido até agora. O Relator, Carlos Melles, que também tem uma atuação importante dentro do seu partido, sabe que a presença dele no plenário também é importante. Eu não dei presença, vários Deputados não deram, e eu, por exemplo, não posso sair neste momento deste plenário. Não quero sair. Então, eu ponderaria a V.Exa. que ouvisse os outros companheiros. Eu me curvarei à maioria dos que estão aqui até agora, insistentemente a favor do trabalho da CPI. Desculpem-me os convidados, é assim que esta Casa funciona. É um absurdo que seja assim, mas é assim que funciona. Neste exato momento, nós temos depoimento na SUDENE, que fala sobre o Estado do Espírito Santo, e eu não estou presente lá, mas faço questão de estar aqui. Outros teriam que estar em plenário encaminhando matéria, também não estão. E o depoimento dos senhores é extremamente importante para esta Comissão. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Teria que saber se algum outro Deputado gostaria de se manifestar e botando logo a sua posição. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Presidente, entendo a posição de V.Exa., mas tenho que me curvar aos argumentos da nobre Deputada, porque realmente é infrutífero nós apressarmos, correremos com o depoimento, com os convidados aqui, e no fim, oito Deputados, vão terminar ficando quatro. Eu sei que em audiência pública nós não precisamos de *quorum*, mas não é frutífero para esta Comissão V.Exa. ficar apenas com os convidados, com dois, três Deputados aqui, a Comissão esvaziada, e o conteúdo também, porque eu entendo que com a presença dos Deputados, com as perguntas dos Deputados, o que vai enriquecer os depoimentos, e os fatos surgirão a partir das perguntas feitas pelos Srs. Deputados. Portanto, Sr. Presidente, eu me curvo aos argumentos da Deputada e sugiro a V.Exa. que remarque em outro dia e de outra forma. Fica difícil nós ouvirmos sete convidados uma única vez. É muito difícil. É muito difícil. Eu acho que V.Exa. é um homem sensato, é um homem ponderado e sabe que essa é a melhor forma. Não é que devemos nos curvar às mulheres, mas devemos nos curvar às boas idéias das mulheres. Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Eu acho que nós, para o bom andamento, queremos que esta CPI realmente faça o seu trabalho com muita paciência, mas também com muita participação. Então, eu vou sugerir que no dia 28 próximo, quarta-feira que vem, os quatro debatedores, os convidados, estejam aqui presentes. Está suspensa a reunião de hoje. Obrigado. Está encerrada — desculpe. Está encerrada.